

Nº

00417



ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL

DIVISÃO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES

DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES REFERENTES A:

ASSOC. BRASILEIRA DE IM.
PRENSA (ABI).



GRAU DE EIGILO

DATA 20/05/76

ORIGEM XXXXXX

REFERENCIA XXXXXX

DISTRIBUICAO CIM - EMA - SNI/AC - CIE - CISA

PSI/MI - CENMAR

DISTRIBUICAO ANTERIOR XXXXXX

CLASSIFICACAO	
CONFIDENCIA	A
VERSÃO	1

SISTEMA DE CLASSIFICACAO (definido pelo remetente)

PAIS DE ORIGEM

Instância a que se refere

Assunto: ASSOCIACAO BRASILEIRA DE IMPRENSA

(CIV)

- 1 - Em 30/ABR/1976 foi eleito um terço do Conselho Deliberativo da ABI. Concorreram 3 chapas às eleições: a chapa da situação (Diretoria) e duas (das oposições coligadas) lideradas por JOSE CUNHA LIMA, cuja oposição apoiado basicamente nos jornalistas e aposentados.
- 1 - No "voto-caixão" (voto integral na chapa) a chapa oficial obteve 222 votos contra 229 das oposições coligadas. Porém, portanto, a chapa da Diretoria por 7 (sete) votos. Irregularmente os comunistas anularam 16 votos, passando de perdidos para vencedores por 9 (nove) votos. Contudo as oposições coligadas conseguiram eleger 8 suplentes contra 7 (sete) dos comunistas, ganhando portanto nessa classe (suplência).
- 1 - Apesar de toda a infiltração comunista observada ultimamente na ABI, se compararmos as eleições de 1975 com as de 1976 - no Conselho Deliberativo - veremos que os democratas conseguiram melhorar sua situação:

VOTOS-CAIXÃO		
A N O	COMUNISTAS	OPOSICAO
1975	303	148
1976	222	229

Em um ano a Diretoria, dominada pelos comunistas, diminuiu 81 votos enquanto a oposição cresceu o mesmo número. Em 1975, dos 303

GRAU DE EIGILO

(Continua...)

CONFIDENCIAL

-3 JUN 76 3123

26 MAI 76 04038



Ministério da Marinha
Continuação do INFORME Nº 0103 176 do CENIMAR.....)

...votos atribuídos aos comunistas, 223 eram de sócios não comunis-
tas e 80 de subversivos.

Este ano, a oposição com uma campanha mais agressiva conseguiu
carrear para si 81 votos dos 223 inocentes úteis de 1975, sob a
influência, possivelmente de JOSE CUNHA LIMA, amparado, princi-
palmente, em campanha feita junto aos velhos jornalistas.

4) - O terço (15) eleito, ficou assim constituído:

- 1. CANDIDO MOTTA FILHO reeleito
- 2. HELIO SILVA "
- 3. DANTOM JOBIM "
- 4. FERNANDO SEGISMUNDO ESTEVES "
- 5. FAUSTO GUIMARÃES CUPERTINO "
- 6. PAULO MOTTA LIMA "
- 7. JOSE GOMES TALARICO "
- 8. GEYSA BOSCOLI "
- 9. ÁLVARO COTRIM (ÁLVARUS) "
- 10. MIGUEL COSTA FILHO "
- 11. JOSE TEIXEIRA PEROBA "
- 12. ADOLFO ALENCASTRO GUIMARÃES "
- 13. ALCEU AMÓROSO LIMA (TRISTÃO DE ATAÍDEY 1.ª vez
- 14. ODVLO COSTA FILHO "
- 15. ELMANO CARDIM "

Para a Comissão Fiscal foram eleitos:

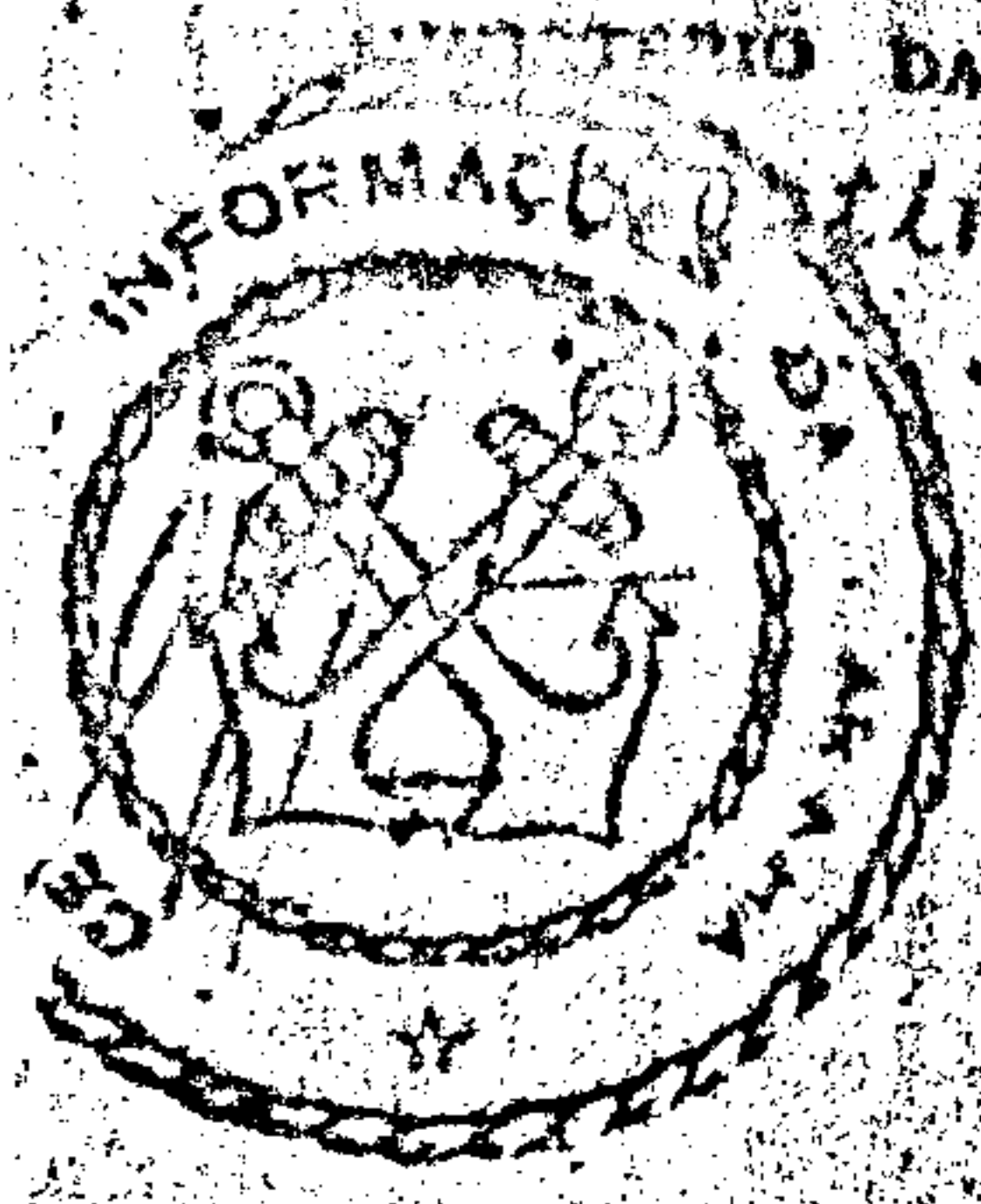
- 1. OSMAR FLORES
- 2. AUGUSTO DONADEL TORGE
- 3. ANCELMO REZENDE GÔIS

Para a Suplência do Conselho Administrativos foram eleitos:

- | | | | |
|--|-----|-------|---|
| 1. <u>AFONSO CASCON</u> | 269 | votos | } Da chapa
da
Situação
(Diretoria) |
| 2. <u>ANDRÉ MOTA LIMA</u> | 262 | " | |
| 3. <u>ARTUR CANTALICE</u> | 262 | " | |
| 4. <u>DOMINGOS MEIRELES</u> | 261 | " | |
| 5. <u>RONALDO BUARQUE DE HOLANDA</u> | 261 | " | |
| 6. <u>FICHEL DAVIT CHARGEL</u> | 260 | " | |
| 7. <u>SALVADOR CARUSO</u> | 247 | " | |

(Continua...)

2



8. JOSE REZENDE NETO	253	votos	} Da chapa da Oposição (JOSE CUNHA LI- MA)
9. OSWALDO PACHECO	252	"	
10. BRAZ NERI	251	"	
11. JOSE FERNANDO DA CRUZ	251	"	
12. IVO PINHO BEATO	250	"	
13. CELSO FONTES	250	"	
14. OCTAVIO SILVERIO DE CASTRO	249	"	
15. AMASILE EUGENIO SOARES	247	"	

5) - CANDIDO MOTTA FILHO, HELIO SILVA, DANTOM JOBIM, ALCEU AMOROSO LIMA, ODYLO COSTA FILHO e ELMANO CARDIM foram postos na chapa para atrair o eleitorado desavisado, pelo valor que seus nomes representam. Realmente não exerceram o mandato, para que os comunistas possam colocar 6 suplentes em seus lugares. Para tal firmaram compromisso para não comparecerem a 3 reuniões após a posse. Pelo Estatuto, o Conselho eleito que faltar a 3 reuniões será substituído.

6) - Em 04/MAI/76 foi eleita a nova Diretoria da ABI, que ficou assim constituída:

- Presidente PRUDENTE DE MORAES NETO ~~PRUDENTE~~
- 1º Vice-Presidente FERNANDO SEGISMUNDO ESTEVES
- 2º Vice-Presidente ODYLO COSTA FILHO
- Secretario MÁRIO CUNHA
- 1º Sub-Secretario NELSON LEMOS
- 2º Sub-Secretario HENRIQUE JOÃO CORDEIRO
- Tesoureiro ARMANDO FERREIRA PEIXOTO
- Sub-Tesoureiro ARTUR CANTALICE
- Bibliotecário FAUSTO GUIMARÃES CUPERTINO
- Diretor de Sede FICHEL DAVIT CHARGE
- Diretor de Atividades Culturais ALBERTO DINES

À exceção de ODYLO COSTA FILHO, NELSON LEMOS, ARTUR CANTALICE e ALBERTO DINES, os demais foram reeleitos.

7) - De há muito a Comunidade de Informações está abarrotada de documentos que comprometem seriamente com o credo comunista, a

CONFIDENCIAL

MINISTERIO DA MARINHA



Continuação do INFORME nº 0103 176 do CENTIMAR.....)

oria dos componentes da Diretoria agora eleita. Mais recentemente, com as prisões de FAUSTO GUIMARÃES CUPERTINO, OSCAR MAURICIO ALEDO e LUIZ PAULO MACHADO esse comprometimento reforçou os nomes já conhecidos e ampliou-se para novos envolvidos. É, inegavelmente, a ABI um bastião avançado dos comunistas que ainda conseguem de maneira solerte e insidiosa o financiamento do Governo Federal para seus intentos, pois está em estudo no Conselho Federal de Cultura (ôrgão já contaminado) a concessão de uma verba de Cr\$. 400.000,00 à ABI, que certamente será empregada no apuro e ampliação de seus meios e métodos de trabalho em prol da causa comunista.

8) - Fonte não identificada teria vinculado a notícia de que ODILO COSTA FILHO tendo sido eleito 2º Vice-Presidente, passaria a não fazer parte do esquema citado no item 5.

9) - É notório e sabido que dos corredores, ante-salas e salas da ABI, têm saído as diretrizes para a ação comunista a ser desenvolvida pelos profissionais-jornalistas nos principais órgãos de divulgação do país.

Em seus andares, por meio de reuniões, ostensivas umas e secretas outras, são traçados planos de ação visando eivar a opinião pública através da Imprensa.

As maiores campanhas de calúnias e difamações lá nascem e imediatamente são transmitidas aos agentes fiéis postados nos jornais e revistas que o povo diariamente lê. E as sementes são plantadas nas mentes dos menos esclarecidos. É a minagem do sistema. O prédio da rua Araújo Porto Alegre é um território russo incrustado na cidade do RIO DE JANEIRO, gozando de imunidades semelhantes às de uma representação diplomática da Cortina de Ferro, sendo que sabe-se menos o que se passa nessas do que na ABI.

10) - Acresça-se a isso que os diretores e responsáveis pelas empresas jornalísticas mais contaminadas estão cientes dos homens que executam tarefas partidárias dentro de suas empresas, mas alegando interesses empresariais algumas vezes e outras escudando-se em um falso espírito de classe nada fazem para minimizar a ação comunista. Quando chegam a alguma ação é porque sofreram pressão de nuptura.

(Continua...)

CONFIDENCIAL

-3 JUN 76

3123

26 MAI 76

04088

Aos Membros do Conselho Administrativo da Associação Brasileira de Imprensa.

No dia 4 de maio, o Conselho Administrativo da A.B.I., estará reunido para eleger a MESA DIRETORA DO CONSELHO, a DIRETORIA, as COMISSÕES DIRETORAS DE DEPARTAMENTOS E ORGÃOS, assim como a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA. Desses pleitos o da DIRETORIA é a preocupação maior. Os que controlam a entidade, antes de ter sido procedida a eleição do Terço do Conselho, sem consultas aos seus membros e aos associados, procedem a escolha da DIRETORIA. Ou sejam:

- | | |
|---------------------------------------|---------------------------|
| Presidente | - Prudente de Moraes Neto |
| 1º Vice-Presidente | - Fernando Segismundo |
| 2º Vice-Presidente | - Odílio Costa Filho |
| Diretor-Secretário | - Mario Cunha |
| 1º Sub-Secretário | - Domingos Neireles |
| 2º Sub-Secretário | - Henrique Cordeiro |
| Tesoureiro | - Armando Peixoto |
| Sub-Tesoureiro | - André Neta Lima |
| Bibliotecário | - Fausto Cupertino |
| Diretor de Atividades Culturais | - Alberto Dines |
| Diretor de Sede | - Fichel Davits Chargei |

Dos onze nomes mencionados apenas não mereceriam reparos Prudente de Moraes Neto, Odílio Costa Filho, Mario Cunha e Armando Peixoto. Os demais são elementos comprometidos ou envolvidos pelo PCB.

Os conselheiros antes de proceder a eleição da DIRETORIA, devem meditar e ponderar os acontecimentos e antecedentes políticos comprometedores, procurar conhecer os processos em curso no DPPS e na Justiça Militar, alguns em vespuras de julgamento. O que está implicado Fausto Cupertino, que diz respeito ao inquérito policial do "Comitê de Agitação e Propaganda" do PCB; o referente a Alberto Dines, citado como colaborador do "Comitê de Imprensa" do PCB e incurso na Lei de Segurança Nacional; os depoimentos de Luiz Paulo Santana Lachado e Maurício Azedo, que fizeram estarrecedoras revelações apontando Diretores e associados da ABI como envolvidos e comprometidos no "Comitê de Imprensa" do PCB e nas celulas de Redação dos jornais, revistas e órgãos de divulgação do Rio de Janeiro; o uso do "Boletim da ABI" para objetivos políticos-partidários; os Cursos levados a efeito na Associação Brasileira de Imprensa para formação ideológica; o

Clube Macunaima a serviço do PCB; as ligações internacionais e coleta de recursos para alimentar caprichos dos dirigentes do Partido Comunista.

Tudo isso está escrito e gravado. Os Diretores e responsáveis pelas empresas jornalísticas do Rio de Janeiro, entre os quais, o Dr. Roberto Marinho, M. Nascimento Brito e Arrando Hogueira, ouviram as gravações dos depoimentos feitos comprometendo não apenas profissionais de imprensa como em especial a ABI.

A eleição de militantes, profissionais do Partido Comunista Brasileiro para a Direção da Associação Brasileira de Imprensa nessa contingência e diante do que consta dos arquivos não apenas do DFP, mas da Justiça Militar, reflete como os comunistas transformaram a ABI em instrumento de suas ações subversivas e atividades clandestinas. Num processo julgado nas últimas semanas pela 2ª Auditoria da Marinha, o que se referia à Sessão Internacional do PCB, em que foram condenados quatro profissionais desse Partido, dos quais dois entrelaçados com a ABI, Aloísio Santos Filho e sua mulher, arrebatados com o dinheiro da entidade. Está para ser julgado, muito em breve, o processo do "Comitê de Agitação e Propaganda do PCB", cujo principal indiciado, Pausto Cuvertino, confessou, está nos seus depoimentos, a utilização da ABI pelo Partido Comunista. O mais arrastador e que comprometeu não só essa entidade, com diretores, associados e jornalistas é sem dúvida o inquérito da infiltração e atividades do PCB nos círculos de imprensa do Rio de Janeiro. Maurício Azedo, Luiz Paulo Machado e outros que têm depoimento no DFP confirmam o uso da ABI em fins comunistas.

O Conselho se eleger, desta feita, uma Diretoria com os comunistas, será acusado de conivente e submetido ao Partido Comunista Brasileiro.

Não precisará ser dito mais nada. O Conselho que cumpra e respeite somente o Estatuto da ABI. E se eleger comunistas indiciados em processos policiais e judiciais, inclusive, denunciados na Lei de Segurança Nacional, estará desrespeitando o Estatuto e comprometendo o futuro da ABI. Não esquecer que essa Associação possui e movimentava um orçamento-financeiro da ordem de 2 milhões de cruzeiros e grande parte dessa receita vai das VERBAS E SUBVENÇÕES CONCEDIDAS NO ORÇAMENTO DA REPÚBLICA.

- A RESPONSABILIDADE É GRAVE, INTRANSFERÍVEL E DEFINITIVA.

CONFIDENCIAL

Ficha 003/CISA

MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA
COMANDO GERAL DO PESSOAL
COMANDO DE FORMAÇÃO E
APERFEIÇOAMENTO - EOEIG

Em 30 Jul 76



URGENT

SUBSEDES DA ABI NOS DIFERENTES ESTADOS
FEDERAÇÃO.

- 1 - ASSUNTO
- 2 - ORIGEM SI-EOEIG
- 3 - ÓRGÃO INFORMANTE 5ª RM/DE - DOPS - SNI/ACT - PMP - CI/SESP - DPR/PR.
- 4 - DIFUSÃO ANTERIOR
- 5 - REF..... PB Nº 030/A2/V COMAR de 28 Jul 76.
- 6 - ANEXO... Cópia xerox do Infe nº 0103/CINIMAR de 20 Mai 76 (07 folhas)

NUMERAÇÃO

M Aer

P N I

PEDIDO DE BUSCA Nº 007/SI-EOEIG/411

- A fim de atender pedido do V Comando Aéreo Regional, esta Seção solicita o seguinte:

I - DADOS CONHECIDOS:

- 1 - Os constantes do Informe anexo.
- 2 - Segundo outro informe existente, a ABI estaria na iminência de abrir subsedes nos diferentes Estados da Federação, visando neles fazer funcionar células do PCB, com cobertura legal.

II - DADOS SOLICITADOS:

- 1 - Qualquer indício ou confirmação de que se processam gestões ou providências neste Estado visando a ativação das referidas subsedes (ou o nome que venham a adotar).
- 2 - Outros dados julgados úteis.

QUALQUER PESSOA QUE TOMAR
CONHECIMENTO DESTA ASSUNTO
FICA RESPONSÁVEL PELO SEU
SIGILO

Art. 62 - Regulamento para a Salvaguarda de
Assuntos Sigilosos - Decreto n.º 60.417/67

D. O. P. S.
PROTOCOLO
N.º 1481/76
SEÇÃO DE INFORMAÇÕES

CONFIDENCIAL

I. Para custo

II. Expresso P.S.
para entrega
a' taxa 2.

Posta: A.B.T.

Jornal da Aviação

em 06/08/76

Feito P.S. nº 18

em 10/10/76

Anotado

J. Q. 78

E.A.R.

CONFIDENCIAL



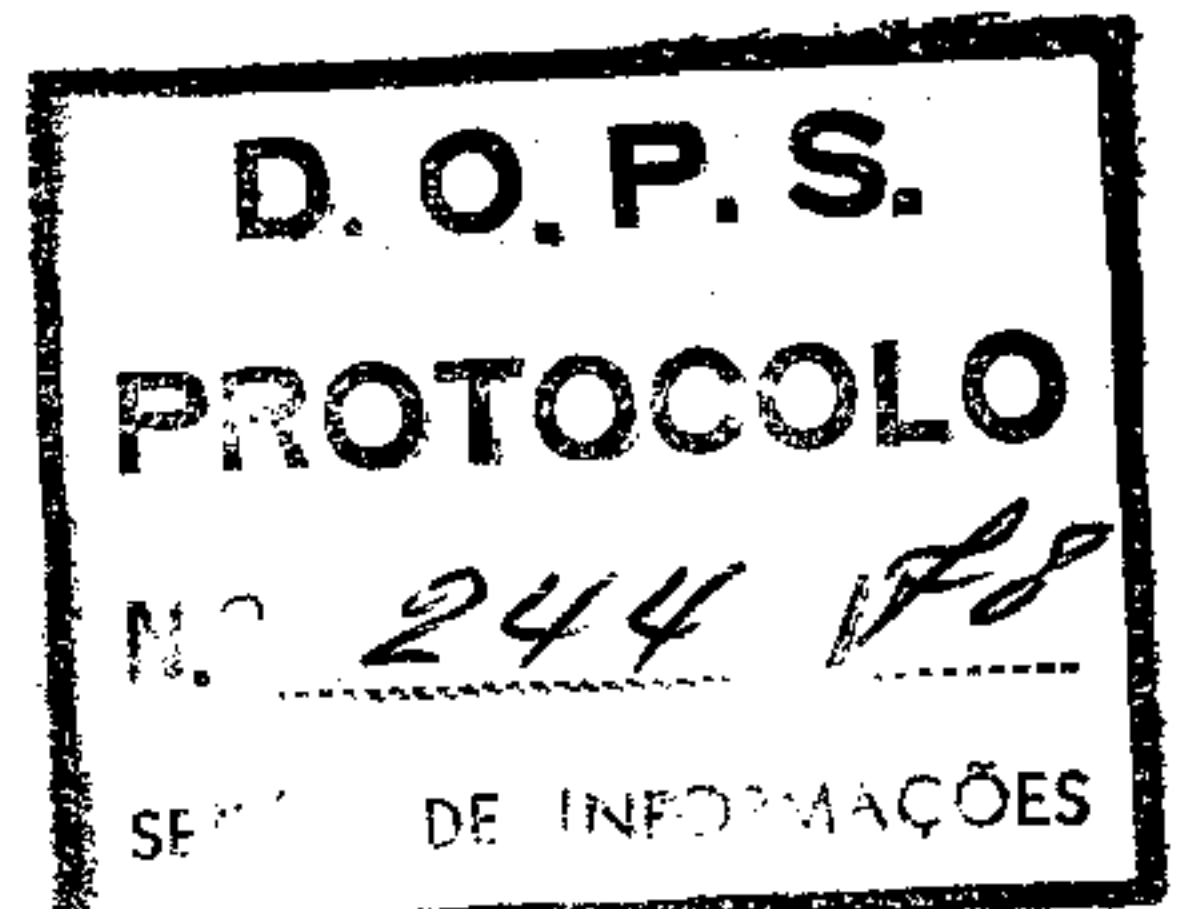
PETROBRAS
PETROLEO BRASILEIRO SA

PEDIDO DE BUSCA Nº 060/78

DATA: 27.01.78
ASSUNTO: Levantamento de antecedentes
REFERÊNCIA: -
ORIGEM: -
DIFUSÃO ANTERIOR: -
DIFUSÃO: DOPS/PR
ANEXOS: -

DADOS CONHECIDOS

1. ANA LÚCIA MAYER ✓
Filiação: Pedro Mayer
Laura Mayer
Nascimento: 10.04.1954 - Ponta Grossa - PR
Identidade: 956.356 - SSP/PR
Residência: R. Álvaro Alvin, 874 - V. Vilela - Ponta Grossa - PR
2. ANGELO BARREIROS ✓
Filiação: Carlos Sebastião Barreiros
Isaura Brumatti Barreiros
Nascimento: 20.05.1954 - Assis - SP
Identidade: 1.061.855 - SSP/PR
Residência: R. Rio Grande do Norte, 1438 - Londrina - PR
3. JOSÉ ANTONIO CANESSO ✓
Filiação: João Antonio Canesso
Araci Galiciolli Canesso
Nascimento: 13.03.1959 - Irati - PR
Identidade: 1.700.944 - SSP/PR
Residência: R. Cms. Zacarias, 812 - Irati - PR
4. LÍDIA BEDRECHUK ✓
Filiação: Nicolau Bedrechuk
Dolvina Bedrechuk
Nascimento: 24.11.1957 - Irati - PR
Identidade: 1.322.413 - SSP/PR
Residência: R. 1º de Maio, 90 - Irati - PR
5. MARIA DE FÁTIMA VIDAL CORDEIRO ✓
Filiação: Aracy Vidal Cordeiro
Pedro Cordeiro Netto
Nascimento: 21.03.1955 - S. Mateus do Sul - PR
Identidade: 1.905.999 - SSP/PR
Residência: R. Dr. Paulo Fortes, 556 - S. Mateus do Sul - PR



9 cont...

CONFIDENCIAL

Resquiza e Informar
Pasta: Petrópolis

Em 10.2.78

[Handwritten signature]

Feito of. nº 137/78 infor-
mando que nada consta.

Em 8/2/78

6. MARIA ZULEIKA DOBROCHINSKI ✓
Filiação: José Dobrochinski
Gazilda Dobrochinski
Nascimento: 02.03.1959 - Irati - PR
Identidade: 1.875.850 - SSP/PR
Residência: R. 24 de maio, 74 - Irati - PR
7. RITA NOEMIA SILVA ✓
Filiação: Lauro Kuchnir
Gudrun Bollman Kuchnir
Nascimento: 18.03.1954 - Canoinhas - SC
Identidade: 5.005.663.777 - SSP/RS
Residência: R. 21 de Setembro, 166 - S. Mateus do Sul - PR
- Candidatos à admissão na Empresa.

DADOS SOLICITADOS

1. Antecedentes Político Ideológicos.
2. Outros dados julgados úteis.



10

Conf. PB 007/51-^{eletr.}COLEB/911 de 30/7/76,
O fichado foi ^{eletr.}recusado para -----

----- na A.B.? que estaria
na iminência de abrir sucursais nos
diferentes estados da Federação usando nomes
funcionários da Culpas do P.C.B com
cobertura legal (P. A.B.1)

Um repórter na era do caos

A reportagem política até o começo dos anos 60, quando o jornalista não era visto com suspeição, no depoimento de quem viveu esse tempo.

Prudente operado

Operado no princípio de setembro, o jornalista Prudente de Moraes, neto, Presidente da ABI, está em convalescença no Hospital da Beneficência Portuguesa. O interesse por seu estado de saúde atraiu à ABI seus amigos de todas as áreas: do sambista (Ismael Silva) ao chefe militar (General Alberto Ribeiro Paz), do jurista (Ministro Luiz Gallotti) ao pensador católico (Alceu Amoroso Lima), além de inúmeros jornalistas.

Página 5



A Feira do Jornalista, um sucesso

PÁGINA 24

Diaféria, um homem no centro da crise

Um homem pode ser condenado a dez ou vinte anos de reclusão por uma crônica feita ao sabor da emoção dos fatos do dia-a-dia. Esse é o drama vivido pelo jornalista Lourenço Diaféria, enquadrado na Lei de Segurança Nacional por uma crônica publicada na Folha de S. Paulo, a despeito dos apelos das entidades de jornalistas, que consideram a Lei de Imprensa o instrumento adequado para eventuais delitos de imprensa.

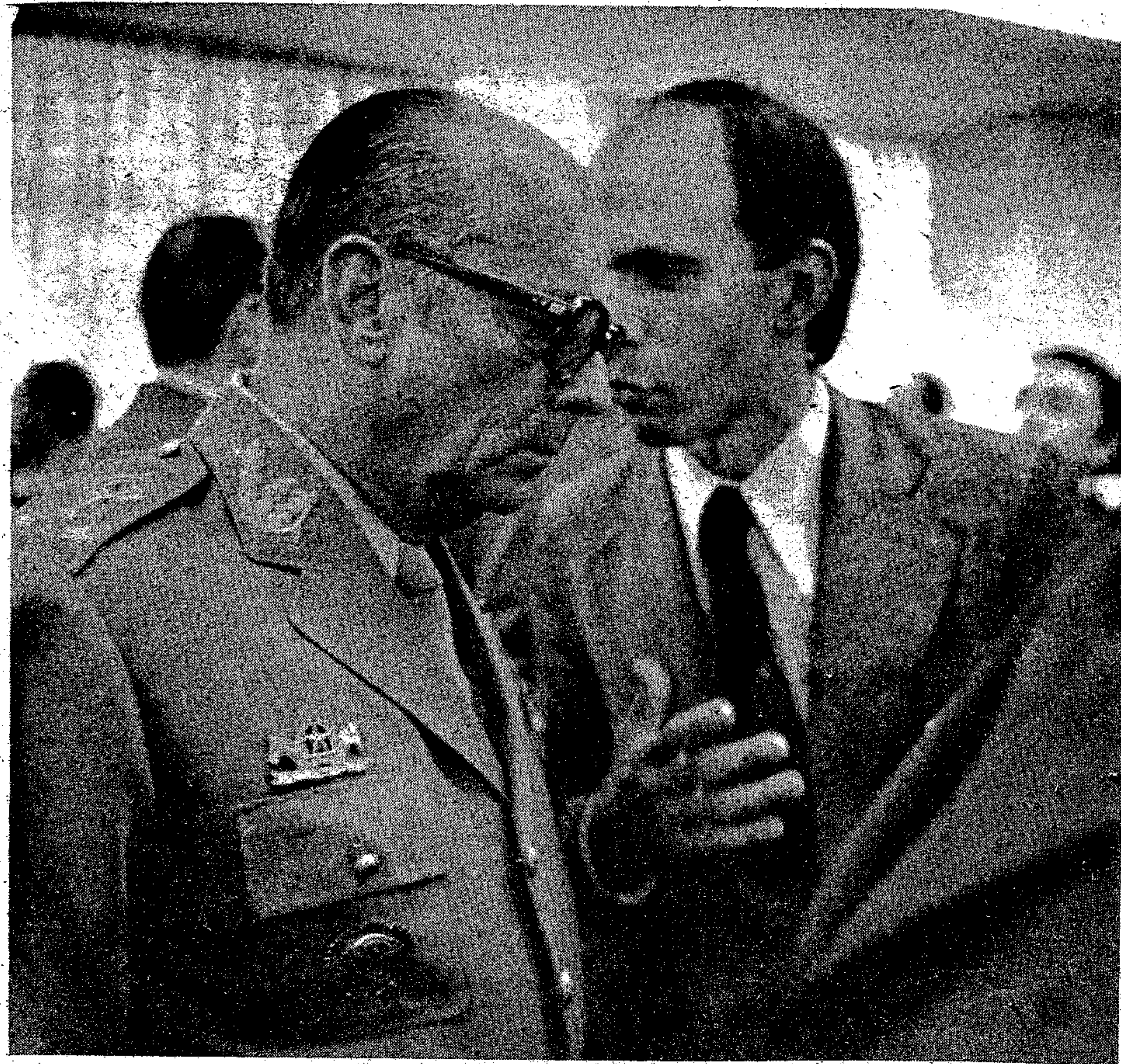
Comovido com o trágico destino de

um sargento do Exército, Sílvio Hollembach Filho, que morreu depois de salvar uma criança do fosso de aranhas do zoológico de Brasília, Diaféria escreveu um texto que o transformou em centro de uma crise cuja dimensão na verdade transcende à sua pessoa. Uma crise que a seguir provocou uma mudança editorial na Folha e que reflete um fenômeno mais amplo: o dos limites à liberdade de informação e opinião no Brasil de hoje.

(Páginas 3, 4, 5, 6 e 10)

3 milhões de palavras proibidas

O amargo balanço de dois anos de Movimento, do número 1, censurado antes de nascer, ao 116, apreendido por matérias que a Censura liberara.



Primeiro jornalista a obter do General João Batista de Figueiredo a declaração de que é candidato a Presidente, Hélio Contreras, repórter de O Globo em Brasília, pôde reconstituir seu encontro com o Chefe do SNI (foto), mas entende

que em ocasiões assim o ideal é que o repórter esteja de posse de um gravador. Esse é o tema que Hélio e mais cinco jornalistas discutem nas páginas 16 e 17: para que serve o gravador?

Mário Pedrosa está mesmo muito doente

● DEVER

«Recebi o Boletim ABI Luto para recebê-lo de há muito. É excelente. Seria mesmo um contra-senso se não o fosse. Embora, em casa de ferreiro, espeto de pau...»

Chamou-me a atenção a notícia sobre o Professor Mário Pedrosa, meu antigo mestre de História (no tempo em que ela existia) no Colégio Pedro II — Internato. Mário Pedrosa é uma das maiores in-

teligências brasileiras. Não está bem de saúde, está mal. Ninguém me disse isso. Constatel, nas longas conversas que tive com ele no mês de julho deste ano em Paris. O Governo brasileiro tem o dever de conceder-lhe o passaporte, pois é um cidadão em pleno gozo de seus direitos políticos, se quisermos ficar apenas no aspecto formal da questão. Saudações democráticas». (Edson Khair, deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

● ESTADO DE DIREITO

«Tendo lido, no último número de nosso Boletim, a moção do Conselheiro Barbosa Lima Sobrinho, reclamando a volta ao Estado de Direito, que é uma aspiração nacional, moção aprovada unanimemente pelo Conselho Administrativo da ABI, quero expressar a minha total solidariedade com esse criterioso, oportuno e corajoso pronunciamento. Velho jornalista, embora há muito afastado da

profissão, hoje no rol dos mais antigos sócios da ABI, não posso, contudo, ficar indiferente à situação nacional, cujos reflexos se fazem, sentir sensivelmente na função específica da Imprensa. Não basta a suspensão parcial da censura, como concessão, pois é necessário, antes de tudo, que se restabeleça a liberdade de informação e crítica, um dos fatores indissociáveis do próprio desenvolvimento do País». (Deolindo Amorim, Rio de Janeiro, RJ).

A ABI NA HISTÓRIA/SETEMBRO

Danton: A imprensa livre é uma bússola para os governos

1953 — Na mensagem dirigida às entidades co-irmãs pelo transcurso do Dia da Imprensa, a ABI, depois de reafirmar o seu caráter imparcial e apertado, lembra o alcance da missão coletiva dos jornais e jornalistas, de cujo bom desempenho dependem em grande parte os destinos nacionais, e proclama: «a sua fidelidade aos princípios da tolerância e da liberdade, contra todas as doutrinas e métodos de ódio, prepotência e discriminação». Ainda ao ensejo do Dia da Imprensa, a ABI recebe mensagem do Ministro da Guerra, General Ciro do Espírito Santo Cardoso, de saudação aos jornalistas que, «com o pensamento na grandeza da Pátria e na eternidade do Brasil», «trabalham serena e construtivamente, com confiança e fé no futuro, esclarecendo o povo e apontando-lhe, com oportunidade e critério, as realidades do mundo e do nosso País». Também o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Nero Moura, congratula-se com a ABI, cumprimentando por seu intermédio os integrantes da imprensa brasileira.

1954 — O Boletim ABI dedica a sua primeira página à memória do seu Presidente de Honra, Getúlio Vargas um dos maiores amigos da instituição. «Nesta casa militar e militam entre muitos adeptos e admiradores homens cujo pensamento filosófico-político era oposto ao do pensador e estadista Getúlio Vargas. Mas dentro deste edifício que ajudou a construir, no território livre que sempre respeitou, nos debates para os quais nunca foi desatento, jamais faltou em vida, como não lhe faltará agora na morte, a proclamação dos serviços que a História lhe registrará em favor da nossa instituição». E termina: «Não foi Presidente de Honra porque era o Chefe da Nação, mas quando o deixou de ser mereceu sempre o mesmo tratamento que no período de mando».

1955 — Depois de receber denúncia do jornalista Jocelyn Santos da invasão da redação e administração da Gazeta Sindical, no Rio de Janeiro, o Presidente Herbert Moses dirige protesto ao Ministro da Justiça, solicitando providências no sentido de ser apurado o episódio com vista a fixar a responsabilidade dos autores da violência. «Não necessito me estender a respeito, mas reafirmo a posição inabalável da ABI de não aceitar — acima de qualquer tendência política ou ideológica — a violação de princípios de que V. Exa., Senhor Ministro, tem sido no Parlamento constante preconizador».

1956 — Fortaria do Ministro das Relações Exteriores cria junto ao Serviço de Informações do Itamarati a Sala de Imprensa Hipólito José da Costa, com a finalidade de facilitar os trabalhos dos profissionais que fazem a cobertura do setor. Ao agradecer a decisão do Ministro Macedo Soares, o Presidente Herbert Moses destaca que uma política externa sábia e prestigiosa precisa procurar apoio não só nos homens do Governo e nas elites, mas

Ao saudar a passagem do Dia da Imprensa de 1954, o ministro da Guerra, general Ciro do Espírito Santo Cardoso, assinala o objetivo do trabalho dos jornalistas: esclarecer o povo e apontar-lhe com oportunidade e critério as realidades do mundo e do nosso País. E em 1966, ao condenar a ideia em curso de se censurar a imprensa, o presidente da ABI, Danton Jobim, define a imprensa livre como «a bússola reguladora dos governos quanto à realidade social e aos rumos da opinião pública».

Igualmente, na compreensão coletiva da Nação: «Estamos certos de que no dia em que a ação conjugada dos homens públicos, diplomatas, educadores e jornalistas difundirem, em comum, a grandeza e a extensão da nossa tarefa para situar o Brasil no lugar que lhe compete e fazê-lo beneficiar-se em justa medida das vantagens de um intercâmbio cultural e econômico mais intenso com todos os povos da terra, também a nossa vida interna encontrará rumos de maior unidade, compreensão e tolerância recíproca, entre correntes aparentemente antagonicas».

1957 — A ABI protesta contra o atentado de que é vítima o jornalista Luis Luna, do Diário de Notícias, do Rio, quando em missão profissional na região contestada entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Na carta de solidariedade enviada a Luiz Luna, o Presidente Herbert Moses lembra que a Casa do Jornalista jamais transigiu no que diz respeito à ampla liberdade de pensamento e ao livre acesso às fontes de informação, por isso, protesta contra a atitude arbitrária que o atingiu, principalmente porque partiu de autoridade a quem compete zelar pela observância daqueles princípios».

1958 — Ao destacar o significado do Dia da Imprensa, que «transcorre num momento de inegável progresso nacional com evidentes reflexos na melhoria dos órgãos de comunicação», o Presidente Herbert Moses afirma ser indispensável que a imprensa se coloque à altura do momen-

to, procurando informar com imparcialidade e criticar com objetividade. «É preciso que as notícias reflitam os fatos tal qual ocorrem e que os comentários ajudem os leitores a formar uma opinião patriótica sobre os vários problemas. Missão que a variedade de posições conduz à diversidade de conclusões, é sempre possível encontrar o denominador comum do interesse do País, da fórmula mais ajustada às necessidades dos seus habitantes». E conclui: «A medida que esta compreensão de informar honestamente e de criticar patrioticamente se for generalizando, os nossos jornais irão elevando o seu padrão e se situando numa posição sempre mais prestigiada perante a opinião pública».

1959 — Numa reunião no Sindicato dos Jornalistas Profissionais, convocada para aprovar o problema dos falsos jornalistas, é revelada a existência de milhares de falsos profissionais indevidamente registrados, com sério perigo para a estabilidade do próprio sindicato. O jornalista Lucílio de Castro, que presidiu a reunião, afirmou estar a profissão atravessando séria crise, devido «à verdadeira indústria de profissionais-fantasma». Diz Lucílio haver organizações jornalísticas que fizeram da venda da documentação para fins de registro no Ministério do Trabalho uma verdadeira finalidade, sem que se observe da parte das autoridades responsáveis o menor esforço para coibir tais práticas.

1960 — Ao discursar num almoço dos participantes do XXXI Congresso dos Fen Clubs, reunido em Brasília, o Presidente Juscelino Kubitschek afirma estarem eles em um país livre, onde não se fazem quaisquer restrições à liberdade de pensamento e ao livre debate: «Aspiramos a ser uma grande nação, a erradicar do nosso território a injustiça social, a fazer que sejam menos pobres os pobres, mais iguais os desiguais; mas queremos que tudo isto se verifique sem as restrições a cada um pensar como quer e dizer o que pensa. Creemos que o destino deste País se há-de cumprir sem mutilar o homem, e é esta a convicção que vem orientando o Governo brasileiro». Depois de lembrar que as mentiras que o vento da demagogia procura soprar na alma nacional não medram, afirmou: «O Brasil orgulha-se de ser um país humano e deseja conservar-se assim para sempre».

1961 — Ao difundir a tradicional mensagem relativa ao Dia da Imprensa, o Presidente Herbert Moses lembra que jornais e jornalistas lutam menos pelo direito de informar que tem a imprensa do que pelo direito de ser informado que pertence ao povo: «Lutando por essa liberdade, a imprensa não luta por interesses próprios, luta pelos interesses do nosso povo». «A liberdade de informar e de opinar honestamente, se para alguns espíritos estreitos

pode parecer perigosa, é seguramente menos perigosa que o controle das informações pela censura, que dá azo aos boatos e temores e ao tateio no escuro, com certeza de mais graves consequências que o conhecimento simples da verdade».

1966 — Muitas vezes em sua longa e acidentada carreira a ABI arvorou a bandeira da rebeldia contra as tentativas de arrolhar a imprensa e em nenhuma dessas batalhas deixou de ser vitoriosa — afirma o Presidente Danton Jobim, a propósito das novas e recentes tentativas de cercar jornais e jornalistas: «Contamos com a compreensão mesmo daqueles que nos ameaçam. Acabaram convictos de que eles próprios também se beneficiam da atividade livre da imprensa, que é a bússola reguladora dos governos quanto à realidade social e aos rumos da opinião pública».

1969 — Ao renovar sua fé nos destinos do Brasil, em mensagem dedicada ao Dia da Pátria, a ABI reitera a convicção do papel reservado aos meios de divulgação no esforço coletivo em prol da escolha acertada dos rumos que mais convêm à Nação: «Unidos a quantos, neste Sete de Setembro, reafirmam sua confiança nos rumos democráticos do Brasil, a ABI reivindica, uma vez ainda, ampla liberdade de informação como a melhor forma de todos se sentirem responsáveis pela construção de uma Pátria poderosa, justa e feliz».

1975 — Ao assumir a presidência da ABI, Prudente de Moraes, neto, promete uma linha de ação condigna, pois a ABI tem gloriosas tradições a honrar: «A defesa da liberdade é a única ideia política que nos anima, pois a liberdade é o nosso clima, é o ar de que precisamos para viver. Defendemos a liberdade em geral, a liberdade de imprensa em particular. Proclamamos esses princípios em tese e sempre os temos defendido nos casos concretos em que um deles se vê ameaçado ou violado. É nosso dever e nosso compromisso com a classe e com a Nação continuar a fazê-lo».

ABI

Rua Araújo Porto Alegre, 71
Rio de Janeiro, RJ

Mesa do Conselho
Presidente
BARBOSA LIMA SOBRINHO

1.º Secretário
MIGUEL COSTA FILHO

2.º Secretário
JUAREZ BAHIA

Diretoria
Presidente
PRUDENTE DE MORAES, NETO

1.º Vice-Presidente
FERNANDO SEGISMUNDO

2.º Vice-Presidente
ODYLO COSTA, FILHO

Secretário
MÁRIO CUNHA

1.º Subsecretário
NÉLSON LEMOS

2.º Subsecretário
HENRIQUE CORDEIRO

Tesoureiro
ARMANDO PEIXOTO

Subtesoureiro
ARTHUR CANTALICE

Bibliotecário
FAUSTO CUPERTINO

Diretor da Sede
FICHEL DAVIT CHARGEL

Diretor das Atividades Culturais
ALBERTO DINES

BOLETIM ABI

Diretor Responsável
PRUDENTE DE MORAES, NETO

Composto e Impresso na Gráfica Editora
JORNAL DO COMMERCIO S. A., Rua do
Livramento, 189, Rio de Janeiro, RJ.

Editor
DOMINGOS MEIRELES

Comissão de Redação
ALBERTO DINES
ARTHUR CANTALICE
CARLOS JURANDIR M. LOPES
DOMINGOS MEIRELES
FICHEL DAVIT CHARGEL (Arte)
LUIZ PAULO MACHADO
MAURICIO AZEDO
MÚCIO BORGES DA FONSECA
RONALDO BUARQUE

Um libelo em defesa da língua

● **A Língua Envergonhada**, de Lago Burnett, Editora Nova Fronteira. Curiosa personalidade, este Lago Burnett: começou poeta, passou a jornalista, entrou a defender o consumidor — que é o ser mais abandonado de quantos há no Brasil — e acaba por se tornar, no momento, o mais estrênuo paladino do bom vernáculo. Neste livro, Burnett reúne escritos sobre comunicação anteriormente publicados no *Jornal do Brasil*, no *Diário de Notícias*, na *Última Hora* e outros órgãos. São trabalhos vigorosos, sarcásticos, polêmicos em defesa da nossa língua, tão abastardada pelos ignorantes e alienados com a convivência do mundo oficial.

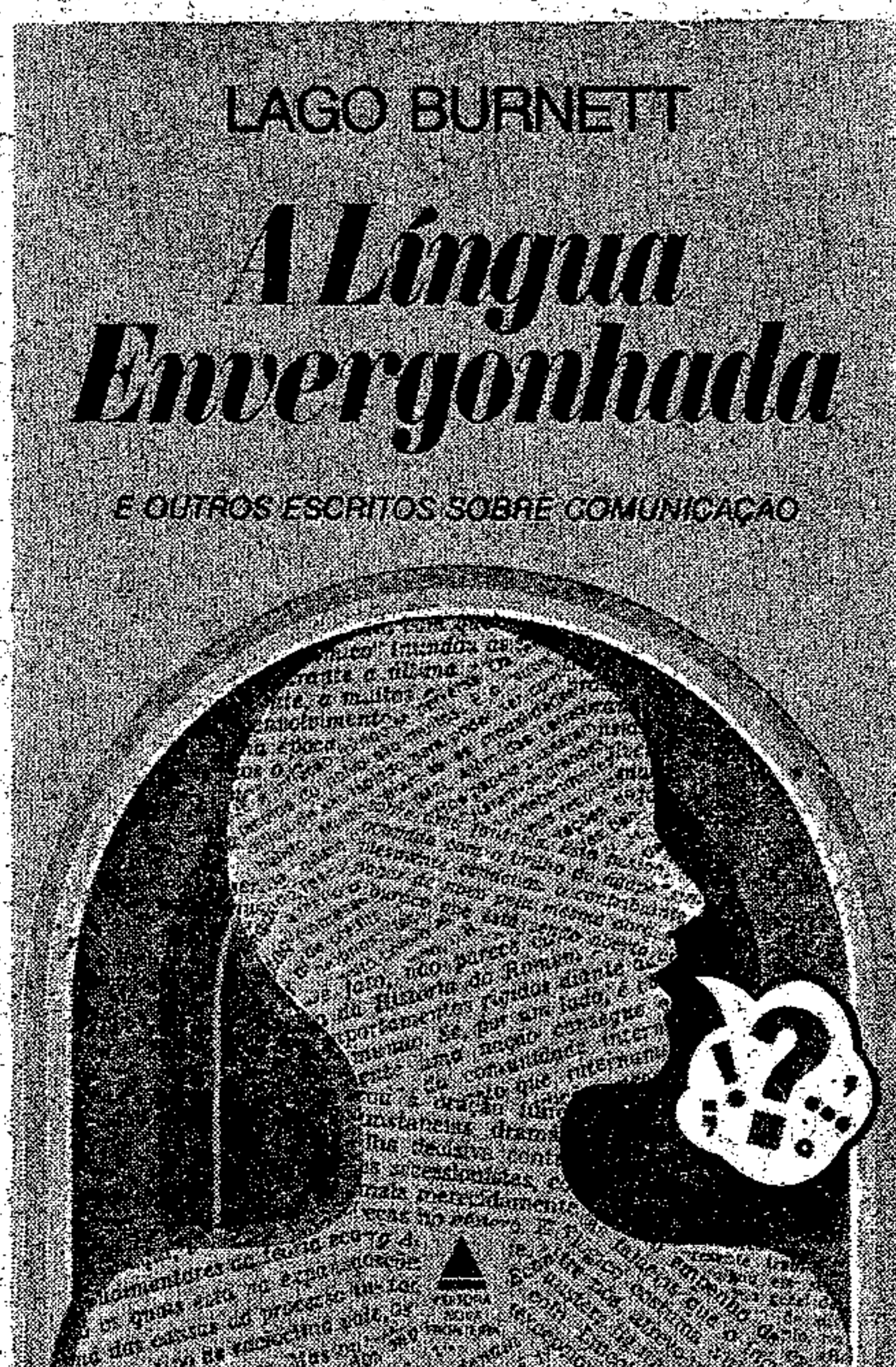
Descontraído, sem pelas nem receios, lança-se o Autor à denúncia do colonialismo cultural, a que nos estão sujeitando, e aponta o resultado da obra alhedora: a subserviência ao sentimento mercantil do multinacionalismo linguístico. Burnett repele o «sub-rosianismo multilínguo catoniano» e a «pornó-linguagem em franca ascensão». Para ele quem não conhece o idioma é um «delinqüente». Os concretistas merecem-lhe reparos, por se preocuparem demais com o visual, em prejuízo da palavra. A importância deles era nenhuma. Foi o único movimento literário no País que acabou com base em portaria da Bumoc, (restrição às cotas de importação do papel). Letristas, cineastas e outros profissionais tratam com desleixo a gramática, resvalando o linguajar correto no cacajão. Em geral, conclui o Autor, o brasileiro não sabe escrever; as boas noções procura enxovalhar e destruir, enveredando pela gíria-pop, pela pretensão de inventar palavras, sendo de temer a socialização do achincalhe idiomático.

● **A Língua Envergonhada** cuida de muitos assuntos ligados ao ensino da comunicação e sua prática, à linguagem em jornal, à liberdade de imprensa e à bibliografia do jornalismo. Por isso e pelo estilo do Autor — direto, objetivo, irônico — deve constituir leitura obrigatória de todos quantos aspirem ao exercício profissional da comunicação e, também, dos que nela mergulhados queiram aprimorar sua competência. Relevantíssima se nos afigura a contribuição de Lago Burnett à luta por uns poucos empreendida, corajosamente, em favor do idioma nacional, — opulento patrimônio que a todos incumbe preservar e enriquecer.

● **A Questão do Poder Moderador**, Tobias Barreto, Editora Vozes. Na Coleção Dimensões do Brasil, que já lançou trabalhos de Euclides da Cunha, João Francisco Lisboa, Perdigão Malheiro, Joaquim Nabuco e Sílvio de Vasconcelos, sai agora um dos mais famosos livros de Tobias Barreto, iluminado pela bibliografia de Sílvio Romero e contendo estudos de Hildon Rocha sobre o Autor e nossas questões vigentes e de Evaristo de Moraes Filho a respeito de Tobias como intérprete do caráter nacional. Os textos do Autor referem-se, principalmente, ao poder moderador, ao Direito Constitucional, ao Direito Público e à responsabilidade dos ministros no governo parlamentar. Outras matérias tratadas: a política brasileira, a vida religiosa, o atraso da filosofia, as artes e a mulher (alma e educação).

Menção à parte merece *Um Discurso em Mangas de Camisa*, transcrito no presente volume. Em 1877 teve o Autor a idéia de fundar na cidade de Escada um Clube Popular, à semelhança de outros existentes algures. A iniciativa não se consumou. Foi uma ilusão, disse Tobias. Salvou-se o discurso pronunciado a propósito. Dois anos depois, Tobias publicou-o em brochura. A pretendida associação tinha por principal agente o espírito popular, o ímpeto democrático do século, e encerrava «naturalmente alguma partícula de reação e protesto contra a tirania das coisas...» Tobias confessava-se, e aos seus companheiros, como «lázaros políticos», — os homens do trabalho e não do emprego público, os deserdados da pátria... Ocupa-se, a seguir, dos males da vida política, do estado de penúria, e a pior das penúrias, a penúria moral, em que laboramos, o desânimo dos espíritos, a surdez das

Uma coletânea de trabalhos vigorosos, sarcásticos e polêmicos de Lago Burnett. A reedição de um dos mais famosos estudos de Tobias Barreto. Uma antologia



consciências, em uma palavra, todos os sintomas da doença que mata as nações, o abandono de si mesmo, o esquecimento de seus direitos, pela falta de justiça e liberdade, de que todos nós sentimo-nos séquiosos e famintos.

Conclui não crer no Messias nem ter a ingenuidade dos primitivos cristãos; porém confia nas leis da História, que regulam o destino dos povos. «Nada de bater nos peitos, nem de pedir misericórdia. Ninguém nos socorrerá, se o socorro não vier de nós mesmos. Abramos mãos de nossos prejuízos, de nossas reservas, de nossos temores, e sejamos um povo livre!» [] «Não pertencem à escola dos teóricos pacientes, que julgam o povo ainda não maduro para a liberdade. Como se fosse possível aprender a nadar sem manter-se dentro d'água, ou aprender a equitação sem montar a cavalo!»

● **Antologia Poética**, de Bertolt Brecht, versão e prefácio de Edmundo Moniz, Editora Leitura. Bertolt Brecht (1898-1956) é uma época tumultuada e de rebeldia, — como escreve Edmundo Moniz. Poeta, teatrólogo, novelista e crítico de arte pós sua vida a serviço da Humanidade, combatendo o obscurantismo nazista e proclamando a excelência da justiça social e da liberdade. A presente versão de Edmundo Moniz procede do idioma alemão. Consta de alguns poemas de Brecht e uma peça teatral escrita em versos soltos. O tradutor é, também, um espírito lícido e generoso, que tem devotado sua existência à melhoria do homem, purgando duramente o alevantado propósito. Jornalista, escritor, administrador da coisa pública, — Edmundo Moniz forma ao lado das grandes figuras do nosso tempo entregues à construção de uma sociedade feliz e solidária.

● **O Poder Legislativo e a Criação dos Cursos Jurídicos**, Senado Federal. De autoria de Ana Valdeaz Aires Neves de Alencar, publica a Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal esta obra comemorativa do Sesquicentário da Lei de 11 de agosto de 1827, que criou os cursos de ciências jurídicas e sociais de São Paulo e Olinda.

poética de Bertolt Brecht, organizada e traduzida por Edmundo Moniz. São alguns dos lançamentos, comentados por Fernando Segismundo.

● **Cartas a Sua Majestade** (1859-1890). Publica o Arquivo Nacional as *Cartas da Condessa de Barral* (Luísa Margarida Portugal de Barros). Coube o preparo da obra ao Serviço de Pesquisa Histórica, em especial à professora Celina Coelho de Jesus. A apresentação é de Raul Lima, diretor do Arquivo; o prefácio, de Diná de Queirós; e a introdução, de Lucinda Coutinho de Melo Coelho.

● **1964 — Segurança e Defesa do Brasil**, de Vandick L. da Nóbrega. Livraria Freitas Bastos. Vários assuntos compõem esta obra de 600 páginas: política nacional e internacional, conferências em latim e alemão sobre Cícero e o Brasil, respectivamente, energia nuclear, o magistério e textos de leis e respectivas glosas. O A. é conceituado professor universitário, com larga experiência administrativa, jurídica e literária. Tem mais de 50 títulos publicados, sobre os mais variados temas. Nesta obra, dedicada à juventude da Faculdade de Direito do Recife, de cujo Diretório Acadêmico foi presidente, e por ocasião do sesquicentário da criação dos cursos jurídicos no Brasil, prossegue o Autor na análise e defesa do Movimento de 1964. Numerosas e significativas gravuras ilustram o livro do Prof. Vandick.

● **Técnica de Preparação de Originais e Revisão de Provas Tipográficas**, de Francisco Wlasek Filho. Livraria Agir Editora. Sai a 2.ª edição, ampliada, deste utilíssimo opúsculo, sob recomendação de Alceu Amoroso Lima. O A. foi técnico de artes gráficas no Departamento de Imprensa Nacional.

● **A Arte e a Neurose de João do Rio**, de I. de L. Neves-Manta. Livraria Francisco Alves. Com as introduções de Dias de Barros, Antônio Austregésilo e Cândido Mota Filho, sai a 5.ª edição desta obra consagrada do cientista, médico e escritor Neves-Manta. Sobre ela, ao longo dos anos, têm proferido os mais sítos conceituados numerosos intelectuais. Referem-se os capítulos à literatura morbida universal, à visão psiquiátrica da obra de João do Rio, à anamnese psicológica do indivíduo e à diagnose do morbo. O livro finaliza com a réplica de Neves-Manta a Medeiros e Albuquerque.

● **O Caminho da Servidão**, de Friedrich A. Hayek, Editora Globo. Em tradução de Leonel Valandro e com prefácio de Adolfo Lindenberg, sai a 2.ª edição deste livro de Hayek, Prêmio Nobel de Economia de 1974. Oferecida pelo Autor aos socialistas de todos os partidos, cuida a obra dos males do dirigismo econômico de qualquer gama. Crê o A. que as ideologias totalitárias, bem assim o intervencionismo predominante nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, são versões diferentes de um mesmo mal: o dirigismo econômico, que leva à «servidão». Isto é: à escravidão do indivíduo pelo Estado.

● **Linguagem e Motivação**, Tzvetan Todorov e outros, Editora Globo. Estudos de Linguística e Poética, reco-

rendados aos estudantes de letras e aos professores de línguas ou literatura. A perspectiva da obra é a semiologia. Organização e tradução de Ana Maria Ribeiro Filiponski e outros.

● **Nostalgia Neurose do Amor aos Quarenta**, de Dustan Maciel, Editora Artenova, 1977. Em 1949-1950 saiu a 1.ª edição resumida. Esta é a 2.ª edição, com um mini-roteiro cinematográfico para ser filmado; edição nova, completamente modificada, — segundo o Autor, que declina os títulos de jornalista, professor, teatrólogo, cineasta, musicólogo. No prefácio, o acadêmico Joaquim Inojosa acentua o caráter social do romance, de perigo com problemas sentimentais e políticos. Sua opinião é que o livro deve ser lido e meditado, pela atração do tema e pelo pensamento que encerra.

● **Expressão e Comunicação** (uma proposta para o professor), Equipe Renov, Vozes Editora. Maria Nide Mascellani, da Equipe, assim explica a obra: «Trata-se de uma tentativa de construção original associando na mesma obra três planos: bases psicológicas, linha pedagógica e proposta metodológica. Servirá a todos os professores que lecionam Expressão e Comunicação». O livro não dá ênfase a nenhuma disciplina. «Explica fundamentalmente como conduzir, através da pedagogia, o processo de comunicação nas suas diferentes manifestações». A Equipe Renov espera que esta obra seja uma contribuição nova para o magistério de todo o Brasil.

● **O Monopólio da Fala**, de Muniz Sodré, Editora Vozes. Muniz Sodré de Araújo Cabral obteve o nível de mestrado no Instituto Francês de Imprensa e Ciências da Informação, na Sorbonne. É professor e jornalista profissional. A *Comunicação do Grotesco* (introdução à cultura de massas no Brasil), de sua autoria, está em 5.ª edição. Sua intenção na presente obra é suscitar a reflexão e o debate sobre a função e a linguagem da TV no Brasil. Como se sabe, a TV já suplantou, em termos quantitativos, a imprensa escrita, o rádio, o cinema e o teatro. Em 1976, 70% do instrumental de Comunicação social se concentram nos 10 milhões de aparelhos receptores (50 milhões de telespectadores).

● **Criatividade e Processos Cognitivos**, de Rose Maria Maron da Cunha, Editora Vozes. Mestre em Educação pela PUC do Rio de Janeiro, professora de Psicologia e orientadora pedagógica, volta-se a Autora, neste trabalho, para a criatividade encarada sob a ótica do desempenho individual, examinada em função de processos cognitivos segundo diferentes autores.

● **Aprender e Pensar**, de Emmanuel Carneiro Leão, Vozes Editora. O A. é licenciado em Filosofia pela Universidade de Friburgo (Alemanha), onde foi aluno de M. Heidegger; doutor pela Universidade de Roma; professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A obra compreendia uma série especializada de ensaios: a filosofia na idade da ciência, o problema da história em Wilhelm Dilthey, filosofia e psicanálise, o pensamento de Heidegger, civilização escrita e cultura de massa, existencialismo e literatura, a hermenêutica do mito etc.

Fernando Segismundo

Na feira, uma autodescoberta

No primeiro dia, a promoção conduziu a uma importante descoberta: muitos dos jornalistas que têm em comum o interesse pela literatura, no romance e no conto, no ensaio e na reportagem, conheciam-se apenas de nome e pelos trabalhos que publicaram. E a Feira do Jornalista-Escritor promovida pela ABI permitiu que eles se conhecessem, confraternizassem e discutissem seus problemas comuns, na série de painéis paralela à iniciativa. E aí eles verificaram como são desprotegidos, exatamente porque sempre viveram desgarrados. Ao discutir, por exemplo, o direito autoral no jornalismo e na literatura, tema desenvolvido pelo fotógrafo Armando Rozário e pelos escritores Ary Quintella Filho e João Antônio, eles descobriram que precisam de um Sindicato de Escritores atuante.

Nem mesmo uma falha de um dos colaboradores da promoção, a Associação Brasileira do Livro, que prometeu fornecer barracas para a venda de livros e 48 horas antes avisou que não faria isso (o problema foi resolvido horas antes da abertura da Feira por Adolfo Aizen, antigo sócio da ABI e dono da Editora Brasil-América, que cedeu duas barracas), impediu

que a Feira do Jornalista-Escritor atingisse seus dois principais objetivos: promover o livro e estimular o debate em torno de questões culturais. A promoção do livro foi proporcionada pela exposição e venda, durante dez dias, de mais de uma centena de títulos de obras de jornalistas-escritores, primeiro nos balcões instalados no hall do auditório da ABI, no dia da instalação, e depois nas duas barracas montadas no saguão térreo do Edifício Herbert Moses.

Os painéis, que se estenderam por mais de três horas, com viva participação de um público sempre muito interessado, permitiram amplo exame de temas como *A Função Social do Jornalista e do Escritor*, discutido por Audálio Dantas, Ivan Cavalcanti Proença, Plínio Marcos e Raimundo Rodrigues Pereira; e *A Reportagem no Brasil de Hoje*, apresentado por Fritz Utzeri, José Gonçalves Fontes, Luiz Carlos de Souza, Jaguar e José Louzeiro. Na discussão desses dois temas, os debatedores insistiram em que a liberdade de expressão e o questionamento da realidade são inseparáveis do exercício do jornalismo e da literatura. E chegaram a formulações como esta do teatrólogo e jornalista Plínio Marcos:

— A importação de cultura de consumo é outro problema deste *prezado momento* (Plínio Marcos usa muito essa expressão). São 172 filmes importados por semana para a TV. E ainda há as matérias traduzidas que são publicadas por jornais e revistas. Nas emissoras de rádio, aí por todas as quebradas do mundaréu, é um tal de programação estrangeira que eu vou te contar. Temos de preservar nossas formas de expressão cultural. Povo que não preserva suas formas mais autênticas de expressão jamais será um povo livre.

Nos debates sobre *O Espaço Cultural nos Jornais e Revistas*, Cícero Sandroni chamou a atenção para a situação dos suplementos culturais, transformados em verdadeiros guetos e que se sensibilizam com uma pornochanchada, mas não dão atenção ao livro. Salim Miguel, por sua vez, mostrou como o livro encontra dificuldades de difusão na grande imprensa: para que uma revista falasse do novo livro de Lúcia Fagundes Telles, foi preciso que o autor da sugestão concordasse com o enfoque capaz de interessar o editor — o de que Lúcia ouvia vozes de gente morta e daí vinha sua inspiração. Durante o painel, de que participaram também

Berício Medeiros, Nilson Lage e Fausto Cunha, a escritora Eglê Malheiros mostrou a necessidade de uma resistência no campo da cultura: — Queiramos ou não reconhecer, a verdade é que somos um país culturalmente colonizado.

Antes do último painel, reunindo Hamilton de Almeida Filho, Marcos Faerman, Narciso Lobo e Zuenir Ventura, que debateram até quase 2h da manhã o tema *Renovação Literária e Jornalística*, o grupo de participantes do debate no tema *Ficção e Realidade na Literatura Infanto-Juvenil* fez proposições que transformaram a Feira do Jornalista-Escritor no ponto de partida para outras iniciativas em defesa do livro e da cultura nacional. Ana Maria Machado, José Carlos Marigny, Laura Sandroni, Leny Wérneck, Maria Lúcia Amaral e Ziraldo propuseram a realização de uma campanha de difusão do livro entre as crianças (através do selo *Leve um livro para seu filho*, a ser criado por Ziraldo e outros artistas plásticos) e de um movimento para a criação de cadeiras de Literatura Infantil nas faculdades e nas escolas normais, a fim de estimular a leitura entre as crianças. Porque todos concordaram em que o livro em geral enfrenta esta barreira: o adulto de hoje foi uma criança sem o hábito do livro.



Os jornalistas-escritores, na noite de abertura da Feira — FOTO DE U. DETTMAR

Uma mesma profissão?

Ao instalar a Feira do Jornalista-Escritor, o Presidente em exercício da ABI, Fernando Segismundo, lembrou uma observação feita por Capistrano de Abreu em 1887 ("No folhetim está representada a nossa literatura e o nosso espírito"), para mostrar as identidades entre o jornalista e o escritor. Disse Segismundo:

— Costuma-se diferenciar o jornalismo da literatura. Na Inglaterra, na França, em Portugal e no Brasil há riqueza de vultos que se consagraram ao mesmo tempo nas duas atividades. Constituirão elas uma só profissão? Não cabendo no momento penetrar muito a matéria, parece-nos que, em verdade, os dois tipos de trabalhadores se associam e completam. Dickens, Balzac, Machado de Assis, José de Alencar, Eça de Queirós e tantos mais — como distinguir, como separar neles o produto do jornalista da messe do escritor?

— Os literatos brasileiros, em grande parte de sua obra, escreveram inicialmente para e no jornal; mais tarde suas criações foram recolhidas e divulgadas em livro. Onde o profundo contraste entre Machado—jornalista e Machado—romancista? Quer nos parecer que a diferença que se pretende fixar gira essencialmente em torno do estilo: o jornalístico seria um, o literário outro, em todos os tempos. A explicação não é de molde a convencer, porquanto o estilo dos jornalistas projeta-se, naturalmente, em seus engenhos literários. Que se saiba, Oto Lara Rezende, Fausto Cunha, Laura Sandroni, Lago Burnett, Luís Fernando Veríssimo, Carlos

Eduardo Novaes mantêm a mesma personalidade literária que os caracteriza como jornalistas. Admite-se que o jornalista, se lhe fosse possível sentar-se à escrivaninha em sua casa, poderia elaborar obra mais limpa, menos atropelada.

— De fato, o que se nota é a equivalência do trabalho de ambos os profissionais, o jornalista e o escritor, quando solicitados na sua banca pública ou na sua mesa particular. Reforçando este juízo chamaríamos a atenção para as criações, por exemplo, de Barbosa Lima Sobrinho, Dunshee de Abranches, Tristão de Athayde, Néilson Rodrigues, Edmar Morel, Audálio Dantas, Paulo Francis, ou ainda de José do Patrocínio, Euclides da Cunha, Coelho Neto, Humberto de Campos, Paulo Barreto (João do Rio), Osório Borba, nos quais o jornalista e o escritor de tal maneira coexistem que não há como separá-los.

— Visa esta Feira, por excelência, ao intercâmbio de idéias. Somos uma classe vultosa, atuante e de valor, porém muito afastados os seus constituintes, não tanto pela distância geográfica, e sim pelas imposições do batente cotidiano. A Feira, isto é, a noite coletiva de autógrafos, seguida da discussão de assuntos representativos, aproximará bastante a tantos colegas que, não fora esta oportunidade, continuariam desligados uns dos outros, porque jungidos ao seu ganha-pão. Somente este alvo — o conhecimento pessoal, o debate de teses, as sugestões que ficam — valeria para sancionar tanto a pio-

neira iniciativa de São Paulo como o presente encontro.

— O jornalista ou o jornalista-escritor deseja e deve ser lido, deseja e precisa que as suas mensagens caiam no domínio público, fertilizem-no, dêem, enfim, os resultados apetecidos e que traduzam, obviamente, o que de melhor eles tenham para oferecer à comunidade, engrandecendo-a, apontando-lhe rumos, colaborando na solução dos problemas que se apresentam, se sucedem e persistem, reclamando desfechos segundo as melhores tradições brasileiras.

— Admitimos ser este o mais razoável anseio de quem escreve, seja para que veículo for. O romancista, o poeta, o ensaísta, o teatrólogo, o comunicador voltam-se para a sociedade, aspiram a ser úteis, pretendem dar o seu recado. Afora este destino, é legítimo que o jornalista e o escritor, ou os dois num só, queiram receber a paga do seu esforço mental. Por isso, em meio à discussão de tão atraentes questões, intentam eles vender livros, recolher o mínimo indispensável à continuidade de seu labor. Que o digam os últimos lançamentos de Jorge Amado, Ibrahim Sued e Artur da Távola. Neste sentido justo é que a ABI, as entidades congêneres, os sindicatos e outros institutos levem a termo eventos de igual natureza para que se alcancem as finalidades objetivadas, ou seja o reencontro dos indivíduos, a discussão de temas salientes, a venda de livros, tudo englobando a nobre aspiração de se contribuir para o aperfeiçoamento dos nossos conterrâneos.

Com Lisboa, um momento patético

A Feira do Jornalista-Escritor teve momento patético no relato feito durante o painel do direito autoral pelo jornalista e publicitário Rui Carlos Lisboa, ganhador do concurso de contos promovido pelo Unibanco-Editora Abril, no qual ele obteve o primeiro lugar entre mais de 13 mil trabalhos de mais de 8 mil autores.

Contou Lisboa que foi vítima de estranha "homenagem" do Conselho Nacional de Propaganda, que, a pretexto de exaltá-lo, espalhou por veículos de divulgação de todo o País um anúncio em que ele aparece com o estigma de desempregado permanente. O Conselho incluiu a peça na campanha contra a discriminação na concessão de empregos a pessoas de mais de 40 anos e contra a vontade de Lisboa — que estava desempregado na época em que venceu o concurso, mas isso era apenas um acaso — colocou-o como centro de um anúncio em que aparecia seu rosto e a mensagem: *Palmas para o Rui. Ele está desempregado.*

Lisboa tentou convencer o redator do anúncio a colocar um ponto de interrogação após a segunda frase ("Ele está desempregado?") e se dispôs até mesmo a redigir de graça outro anúncio, mas o "gênio" alegou que "o prazo é curto", "a arte final está pronta", etcétera, etcétera, e assim, violando a ética, e com absoluto menosprezo pela pessoa humana, associou à imagem de Rui Carlos Lisboa a idéia de um desempregado irrecuperável, quando era apenas aleatória esta situação que ele viveu.

O SÃO PAULO

A VOZ DA IGREJA SOB CONTROLE

Ele é o porta-voz da maior arquidiocese católica do mundo. Mesmo assim O São Paulo está há sete anos sob censura prévia, uma censura capaz de vetar autores como o Papa Paulo VI ou Davi, com seus belíssimos Salmos, e textos como a Bíblia. Aí, uma visão da censura ao órgão da Igreja em São Paulo, com alguns exemplos de temas censurados e um depoimento do editor-chefe do jornal, Ewaldo Dantas Ferreira, que adverte:

«Enquanto existir um único jornal brasileiro sob censura não se pode dizer que existe liberdade de imprensa no Brasil. O que existe, na verdade, são espaços de tolerância concedidos que em hipótese alguma podem ser chamados de liberdade.»

«A palavra de Deus não pode ser algemada. Continuem firmes» — foi como reagiu um leitor de O São Paulo, órgão oficial da Arquidiocese de São Paulo, ao incentivar os responsáveis pela publicação a resistirem aos sucessivos golpes que a censura tem aplicado contra o jornal, nos últimos sete anos. Mas as pressões, as ameaças de prisão e as graves mutilações impostas ao noticiário — até o Papa Paulo VI já foi censurado pela Polícia Federal — não conseguiram impedir que a palavra do Evangelho continuasse a ser ouvida através da mordada.

A partir de 1970, quando os censores passaram a frequentar assiduamente as

páginas do jornal, como se empenhados numa cruzada pagã. O São Paulo começou a sofrer violências de toda a natureza. Foram proibidos até os Salmos de David e trechos da Bíblia, inicialmente utilizados para cobrir os cortes abertos pela censura no corpo do jornal.

Ao longo desses sete anos acumularam-se episódios extremamente expressivos, como recordou o próprio Dom Paulo Evaristo Arns em setembro de 1973 em entrevista ao jornal Extra (que deixou de circular por decisão dos próprios editores ao se recusarem a submetê-lo ao regime de censura prévia):

«Agora tem um estudante de Medicina (...) que vai lá e simplesmente corta (...) E o cúmulo, não é? Tenho dito isso às pessoas mais responsáveis: «Olha, um menino de 3.º ano de Medicina vai julgar o que o Arcebispo deve dizer pra sua gente... Tenha paciência... Está fora de sua especialidade. Vá aprender medicina, aprender anatomia, vá ser um bom médico. Mas censor? Nem o Papa me censura (...) Agora vem um menino lá dizer o que o Papa nunca disse, o Cristo nunca disse, nem direta nem indiretamente? Vem dizer lá «corta isso», como me cortou no último número de O São Paulo».

O bistrui da censura, nos últimos meses, parece ter passado para mãos mais operosas, tal a quantidade de lesões sofridas pelo jornal, principalmente depois que passou a questionar também as condições de vida do trabalhador urbano da Grande São Paulo, orientando-o sobre os direitos que lhe são assegurados pela própria CLT, a fim de que não sejam ludibriados pelos maus patrões.

A ação devastadora da censura foi denunciada pelo editor do jornal, Ewaldo Dantas Ferreira, durante as solenidades comemorativas do Dia do Padre, presididas pelo Cardeal-Arcebispo Dom Pedro Evaristo Arns e à qual assistiram quase todos os bispos de São Paulo, além de 400 sacerdotes que se reuniram no Instituto Paulo VI, no Município de Itapeverica da Serra, para discutir os problemas do relacionamento entre o clero e a comunidade. No auditório estavam em exposição painéis onde foram estampadas dezenas de matérias vetadas pela Polícia Federal.

«O que estamos sofrendo no O São Paulo — disse Ewaldo Dantas Ferreira — não é mais censura, é um ato de provocação, de covardia, pois textos que já foram publicados em outros órgãos da imprensa estão sendo vetados no jornal da Igreja.»

Ewaldo sustentou ainda que, na verdade, não existe liberdade de imprensa no Brasil, «o que existe são concessões, já que a estrada real da informação neste País está inapelavelmente obstruída pela censura».

— Liberdade consentida não é liberdade, como democracia relativa não é democracia. Uma liberdade de imprensa quase-quase, numa democracia quase-quase, pode submeter-se a quase tudo.

O cônego Francisco de Assis Gandolfo, responsável pelo recém-criado Serviço de Comunicação da Cúria, falou também sobre os problemas por ele enfrentados na divulgação de determinadas notícias e a reação que elas provocam junto a

determinados setores contrários à ação da Igreja.

O número 1.120 de O São Paulo, que circulou entre 27 de agosto e 2 de setembro, foi distribuído entre as 450 igrejas de São Paulo com um espaço em branco no lugar do editorial O Diálogo ou a Violência. O garrote da censura procurou impedir, desta vez, que se ouvisse a voz da Igreja quando aconselhou o Governo a dialogar com os estudantes a fim de evitar a repetição dos atos de violência que ensanguentaram as ruas de S. Paulo. O editorial sugeria ao Governo que esse trabalho de aproximação com os universitários fosse realizado pelos seus melhores homens, pessoas inteligentes, sensíveis e honestas que estivessem verdadeiramente interessados em ouvir e discutir os problemas levantados pelos estudantes. O jornal lamentou, entretanto, o fato do próprio Governo não ter percebido a mudança dos tempos, acrescentando que ele se preparou para reprimir as manifestações «à antiga, de arma na mão», para acrescentar, em seguida, «que o tempo do delegado Fleury já passou»; «o tempo do Coronel Erasmo também».

«Os contestadores atuais têm a força dos que vêm de mãos limpas para o encontro. É preciso que o Governo substitua com urgência os soldados (...) que se destinam a outras missões. O mínimo que a Nação, perplexa, pode esperar neste momento grave é que o Governo tenha discernimento para escolher entre o diálogo e a violência. A violência já fez o que tinha que fazer. O diálogo é profundo. O Governo ainda pode decidir.»

Ewaldo: A censura é devastadora

«Em termos práticos, a censura atua sobre o jornal O São Paulo de maneira devastadora, embora se desconheçam os seus critérios, se é que realmente existem. Ela nos atinge de muitas formas, e uma das mais duras é também a indireta que nos chega através dos danos que já causou em toda a imprensa brasileira. Nossa imprensa não conseguiu sair ilesa do longo período de massacre da censura. Uma prova aí está: com frequência, os jornais mais sérios e respeitáveis deixam escapar frases assim: «fatalemente já existe liberdade de imprensa no Brasil, à exceção apenas de dois ou três jornais».

É claro que, enquanto existir um único jornal sob censura não se pode dizer que essa liberdade existe. Precisamos acertar entre nós, no meio desta confusão nacional, o significado de algumas palavras para evitar que até a confusão semântica se some aos nossos problemas: pão é pão; queijo é queijo; ditadura é ditadura; e liberdade é liberdade. Se os jornais que recebem doses de liberdade consentida (precariedade consentida) e para uso limitado continuarem dizendo que no Brasil existe liberdade de imprensa, à exceção feita para dois ou três, estarão inadvertidamente mas inevitavelmente

mente conestando a violência da censura sobre nós.

Alguns exemplos de como ela age contra o nosso jornal:

1 — O O São Paulo está publicando uma série de páginas inteiras sobre questões trabalhistas, preparadas por equipes especializadas e apresentadas com extrema simplicidade para atingir a classe mais modesta de trabalhador. Pois bem: todas as páginas desta série receberam cortes da censura. E a censura corta sempre que se tenta advertir o trabalhador sobre interpretações das leis que podem ser desvirtuadas contra eles. Quer dizer: nestes casos, o critério da censura tem sido o de zelar pelo eventual mau patrão. Nada tem a ver com segurança nacional.

2 — Outra situação que se repete constantemente: um dia destes, o Newton Rodrigues publicou na Folha de S. Paulo um daqueles artigos lúcidos que estão emitindo sinais na imprensa brasileira. O assunto nos interessava. Com o devido pedido de licença, para transcrevê-lo no O São Paulo, mandamos o recorte do texto para a censura. O recorte da matéria, já editada em cerca de trezentos mil exemplares, voltou vetado. Quer dizer: neste caso, não se tratava de impedir a divulgação de uma matéria, já superdivulgada, mas de um

procedimento especial, caprichoso, sem critério.

3 — Invasão à Igreja do Paissandu, em São Paulo, por soldados perseguindo um estudante em passeata, solicitamos um relato do religioso que a testemunhou (a igreja é reservada para a adoração perpétua) e pedimos, também, uma explicação do Coronel Erasmo sobre o episódio. A censura vetou o relato do fato e liberou apenas a justificação do Secretário de Segurança.

4 — A seção Igreja é notícia, que se ocupa de informações internacionais sobre o clero, é uma das seções mais mutiladas do jornal.

5 — Recentemente, editamos um número com um caderno especial sobre a Universidade. Uma coleção de artigos procurando balancear tudo o que se está pensando em profundidade no meio universitário. A censura cortou apenas um artigo que falava do movimento universitário. Ele continha uma frase afirmando que as coisas verdadeiramente importantes que estão acontecendo na Universidade não estão sendo vistas pela imprensa e pelos políticos.

Tenho sentido de maneira inequívoca que a nossa imprensa está solidária com O São Paulo e que alguns jornais levam sua solidariedade até a esforços

ciganizados, publicando, com regularidade, peças que a censura nos rouba. Recentemente, a Folha de S. Paulo creveu o seguinte, quando a censura nos arrancou a metade de um artigo: «O artigo que a censura cortou em O São Paulo continua assim.» E terminou a parte que nos faltava. É a amostra mais feliz que me ocorre para definir a atitude da imprensa para conosco. Respalda nossa luta e nos dá importante sensação de apoio.

Do ponto de vista de editoração, a censura nos exige um trabalho redobrado: os originais devem ser encaminhados, todas as quintas-feiras, à Polícia Federal, em São Paulo, onde as matérias são examinadas e liberadas, no mesmo dia, no horário das 14h às 18h. Nesse dia, enviamos os textos por um funcionário que permanece na repartição, até a devolução dos originais.

Se eu pudesse dirigir-me a todos os colegas, valendo-me do respeito e da preocupação que eles têm manifestado pelo ataque covarde e burro da censura a nós, eu pediria duas coisas:

a) que continuem ocupando de maneira digna e inteligente os espaços de tolerância que o regime lhes confere;

b) que não digam jamais que existe liberdade de imprensa no Brasil.

Uma profissão sem poesia

Em sua edição de número 1.120, 27 de agosto a 3 de setembro, O São Paulo programou uma publicação de um Poema ao Censor, de José Carlos Dias. Mas o censor não recebeu o poema com fair-play: meteu-lhe o carimbo habitual — Vetado. Eis o poema:

Qual é a sua censura?
Senta aqui ao lado
ouça um instante o meu papo
esqueça o censurado.
Experimente: lance no papel
no papel acostumado e seus carimbos
um poema, uma letra de canção,
um editorial, um ensaio, uma crônica,
uma peça de teatro,
alguma coisa sua, drotada do seu íntimo,
do que em você ainda existe de gente e de decente.

Vamos, crie, crie e fale o que sente,
mas fale somente
daquilo que palpita
no seu peito, nas ruas de seu povo.
Experimente, experimente sangrar o seu gelado,
arrancar o que vibra, o que está no ar,
a palavra que falta, o tom musical em descompasso,
faça por acrescentar algo de seu, de nosso,
de nosso tempo.
Faça isso, censor,
você que tanto lê,
você que tanto vê,
você que conhece o calor das redações,
que já sentiu o cheiro do jornal gestante,
que o fez abortar naquele instante,
você conhece, você vive, você é gente,

presumê-se até que seja inteligente.
Aceite o desafio, componha alguma coisa,
faça conceber, parir, faça nascer uma semente.
Não vê que é tempo disso,
que hora de achar-se descontente?
Vamos, vá lá, tome o papel,
deite abaixo o que lhe vai à mente,
Se quer um violão, um copo cheio,
a companhia de um luar aberto,
da multidão na praça, o que quiser,
um cheiro de mulher,
enfim, vá lá, crie alguma coisa
e depois, e depois, talvez no inconsciente
remeça nos bolsos — a arte pronta —
e a carimbe por hábito ou desgosto:
«matéria concluída».

LIBERDADE DE IMPRENSA

PARA ENTENDER O CASO DIAFÉRIA

Os antecedentes da crise que envolve o jornalista Lourenço Diaféria indicam que toda a imprensa esteve sob risco. E a mudança editorial na "Folha de São Paulo" confirma que Diaféria pagou caro — inquérito, prisão por cinco dias, ameaça de condenação a 10/20 anos de reclusão — por uma situação em que a sua crônica "Herói. Morto. Nós" é apenas ligeiro pormenor de um quadro mais amplo.

NO COMEÇO da noite de 8 de setembro, as redações de jornais do Rio e São Paulo passaram a viver um clima de apreensão. Pelo telex, chegava de Brasília uma nota oficial cuja significação era objeto de cuidadosa análise, tanto pelos seus termos — considerados enérgicos e duros — como pelo seu signatário: o Ministro do Exército, General Sílvio Frota. Naquele mesmo dia, os jornais de todo o País haviam dado o merecido destaque às comemorações do Dia da Independência, com ampla divulgação dos desfiles militares realizados em diferentes cidades, mas esse momento de integração entre Imprensa e Forças Armadas logo pareceu longínquo, assim que o teletipo começou a imprimir o texto do importante comunicado.

Embora sem alusão direta a qualquer jornal, o comunicado avivava a lembrança de duas extensas matérias publicadas menos de uma semana antes por O Globo e pelo Jornal do Brasil, que reproduziam na íntegra o texto de representações encaminhadas à Justiça Militar pela Ordem dos Advogados do Brasil, solicitando a apuração de responsabilidades nas do a torturas de presos políticos. Enquanto O Globo reproduzia no dia 2 a narrativa de Aldo Silva Arantes e Haroldo Borges Rodrigues Lima sobre o tratamento que receberam na prisão, o Jornal do Brasil do dia seguinte estampara o depoimento de outro preso político, em que pela primeira vez na imprensa do País eram citados nominalmente os possíveis responsáveis por maltratos a prisioneiros políticos.

Aquela altura, a imprensa ainda exaltava o gesto de um sargento do Exército, Sílvio Holembach Filho, que ao visitar o zoológico de Brasília com a família, uma semana antes, fora despertado pelos gritos de socorro de uma criança que caíra no fosso das aranhas e enfrentava o ataque dos ferozes animais. Impressionado com o desespero do garoto, Holembach abriu-se ao fosso e salvou-o, mas absorveu os golpes mortais das aranhas. Dois dias depois, sem poder recuperar-se dos graves ferimentos, morreu num hospital de Brasília.

Um dos que renderam homenagem a Holembach foi o cronista Lourenço Diaféria, paulista de Brás, 44 anos, pai de cinco filhos, católico praticante, torcedor do Corinthians e titular de uma coluna diária de fatos diversos no segundo caderno da Folha de São Paulo, a Folha Ilustrada. Diaféria, jornalista há 20 anos, cronista há 14, autor de dois livros, Um



FOTOS KEIJU KOBAYASHI/VEJA

Diaféria: por uma opinião, cinco dias apartado da família e sob ameaça de uma pena de dez a vinte anos de reclusão.

Gato na Terra do Tamborim (crônicas) e Berra Coração (romance), impressionou-se com o desprendimento e a tragédia de Holembach e por isso lhe dedicou uma crônica, publicada na edição de 1.º de setembro: Herói. Morto. Nós. Num dos parágrafos, Diaféria confessava que não se impressiona com os heróis reduzidos a estátua, citava como exemplo o Duque de Caxias, para adiante fazer uma comvente invocação ao sargento morto:

"É isso, sargento: nestes tempos cruéis e embotados, a gente não teve o instante de te reconhecer entre o povo. A gente não distinguiu teu rosto na multidão. Eramos irmãos, e só descobrimos isso agora, quando o sangue verteu, e quando te enterramos. O herói e o santo é o que derrama o seu sangue. Esse é o preço que deles cobramos."

"Podíamos ter estendido nossas mãos e te arrancado do fosso das aranhas — como você tirou o menino de quatorze anos — mas queríamos que alguém fizesse o gesto de solidariedade em nosso lugar."

"Sempre é assim: o herói e o santo é o que estende as mãos."

"E este é o nosso grande remorso: o de fazer as coisas urgentes e inadiáveis — tarde demais."

Nas redações de jornais, ninguém se lembrou de que a crônica de Diaféria poderia ser tomada como uma manifestação suscetível de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. O que estava presente na memória era a publicação das denúncias dos presos políticos — assunto sempre delicado em qualquer redação e que justificava as apreensões ("Será a volta da censura a todos os jornais?", "Um fechamento ainda mais violento, em vez de abertura?") quando a nota do

Ministro Sílvio Frota começou a ganhar forma nos teletipos, após o sinal convencional que precede às matérias importantes ("atenção, atenção"):

"O Ministério do Exército, ante as públicas e notórias alevozas lançadas aos militares, vê-se na contingência de expedir a seguinte nota:

Os jornais têm divulgado, constantemente, matéria que, direta ou indiretamente, visa a atingir o Exército, emitindo referências depreciativas e, não raro, insultuosas, contra seus integrantes de todos os níveis da hierarquia, deformando fatos e enodoando-lhes a imagem, construída ao longo de um passado de lutas e idealismo pelo bem do País.

A aproximação da Semana da Pátria, e mesmo no seu início, intensificaram-se publicações, sob formas diversas, configurando uma campanha de agressão às Forças Armadas e de descrédito da Revolução. Procuram seus promotores, em última análise, denegrir a reputação do Exército para incompatibilizá-lo com a Nação.

Entretanto, tal propósito jamais será alcançado, pois somente a fé púnica ou o desconhecimento da sábia formação do militar podem conduzir alguém a admitir tenhassem atitudes desumanas ou reprováveis.

E' contristador, por isso, que periódicos de reconhecidos conceitos e equilíbrio agasalhem declarações de indivíduos condenados por delitos previstos na legislação, comum e especial, dando-lhes publicidade para acusar militares que se sacrificam no sentido de proteger a família brasileira e a segurança geral.

Esta escalada de divulgação de injúrias e falsidades tomou caminhos ina-

ceitáveis, enveredando pela afronta — pública e clara — à cultuada figura do Duque de Caxias, acinte vomitado sobre a farda e a espada, símbolos da honra do Exército Nacional. Os militares revoem, indignados, tais ultrajes e provocações descabidas, certos de que a Nação, também, os repele, pois o Exército é o seu próprio povo em armas.

Em circunstâncias como esta, o Ministro, na qualidade de comandante superior do Exército e de seu defensor natural, adota a providência legal para responsabilizar, criminalmente, os ofensores, com o objetivo de aguardar, confiante, que a Justiça abata-se sobre os detratores com o rigor da lei. Acaba, portanto, de encaminhar representação a quem de direito em defesa da honra da nossa instituição, tão vilmente atingida."

No dia seguinte, 9 de setembro, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, determinava a abertura de inquérito contra Lourenço Diaféria. E comunicava sua decisão nesta nota oficial: "O Ministro da Justiça, considerando aviso do Sr. Ministro do Exército, Gen. Sílvio Frota, determinou ao Departamento de Polícia Federal a instauração de inquérito para apurar a responsabilidade pela publicação no jornal "Folha de S. Paulo" da matéria intitulada "Herói. Morto. Nós", assinada por Lourenço Diaféria, a qual constitui violação de dispositivo da Lei de Segurança Nacional, Dec. Lei 898, de 29 de set. de 69."

Ante a estranheza e o protesto do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, da ABI, da Federação Nacional dos Jornalistas e de diferentes instituições e personalidades da vida do País, Diaféria foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional (há um diploma legal específico para crimes de Imprensa, a Lei de Imprensa), permaneceu preso por cinco dias (embora tenha profissão definida, emprego certo e domicílio conhecido) e pode ser processado com base no artigo 39 da Lei de Segurança, que prevê reclusão de 10 a 20 anos para quem incitar "à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis".

Ao processo contra Diaféria seguiram-se uma mudança editorial e um expurgo na Folha de S. Paulo, cujo proprietário, Octavio Frias de Oliveira, foi chamado mais de uma vez a Brasília e nos últimos meses teve encontros ásperos com o Secretário de Segurança de São Paulo, Coronel Antônio Erasmo Dias, que já o acusara de ser "um dos principais líderes políticos da oposição" (ver O Secretário ataca jornalistas, Boletim ABI, agosto de 1977, página 5). Além de suprimir artigos e até os editoriais, a Folha afastou o editor-chefe Cláudio Abramo, substituído pelo jornalista Boris Casoy, e suspendeu as colaborações do jornalista Alberto Dines, que assinava uma coluna política na segunda página e a seção Jornal dos Jornais, publicada aos domingos. Em seu primeiro dia de trabalho, segundo revelou o Jornal do Brasil, do dia 21 de setembro, Casoy chamou editores e redatores para uma "conversa franca":

— Ninguém pediu a cabeça de ninguém. Já me perguntaram de manhã se haveria uma varrida ideológica na redação. Não vai haver nada disso, mas vocês sabem que o jornal estava a ponto de ser fechado na semana passada. Vamos tomar cuidado. E' preciso se autofiscalizar.

Dentro da lei, não há como condená-lo

Considerado um dos maiores advogados criminalistas em atividade no País, o Professor Helene Cláudio Fragozo analisou assim os aspectos jurídicos do caso Diaféria (Notícias Populares, São Paulo, 17.9.1977).

• A prisão do jornalista Lourenço Diaféria, ordenada pelo encarregado do inquérito, constitui medida abusiva e ilegal. O processo que se resolveu mover contra o jornalista constitui claramente, um abuso de poder e me parece que, se o julgamento se fizer de acordo com as

regras do Direito, como tam ocorrido na Justiça Militar, a sua condenação é impossível.

• O enquadramento do jornalista na Lei de Segurança Nacional não tem qualquer fundamento jurídico. Nenhum crime praticou o jornalista, e mesmo entrando em luta corporal com os textos não há como enquadrá-lo na lei que define os crimes contra a segurança do Estado.

• A forma desrespeitosa com que o jornalista alude ao Duque de Caxias,

lourando, como herói, o sargento que se lançou para a morte, salvando uma criança, nem de longe constitui incitação subversiva. Em primeiro lugar porque no artigo não se faz incitação alguma. Incitação constitui forma dinâmica de manifestação de pensamento, através da qual se procura conduzir os destinatários da mensagem a empreenderem uma ação.

• Não houve incitação, subversiva, em segundo lugar, porque não há como vislumbrar no escrito, potencialmente, nada capaz de provocar animosidade en-

tre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou instituições civis. Nenhuma referência se faz no escrito às Forças Armadas. Parece-me que o jornalista as exalta, na medida em que classifica como autêntico herói o sargento que a elas pertence. Em terceiro lugar, não poderia haver crime contra a segurança nacional porque faltaria, por completo, o propósito de atentar contra a segurança do Estado, elementar aos crimes políticos.

Neto do Estádio) e Otavinho (filho de Otávio Frias, do Grupo Folhas) além da continuação do trabalho sobre o relacionamento governo/imprensa.

Cadernos de Comunicação Proal, publicação trimestral da Editora Proal Ltda., pode ser encontrado em livrarias e nas bancas de jornais das grandes cidades. Redação: Rua Chuí, 74, Paraíso, São Paulo, Capital, CEP: 04104.

SÍMBOLO

Publicação voltada para os problemas da literatura, **Símbolo**, 16 páginas em ofsete, formato tablóide, apresenta em sua quarta edição uma entrevista com o poeta e compositor Menotti Del Picchia, a memória viva da Semana de Arte Moderna, «um homem que fez da palavra escrita a grande arma da renovação da sociedade brasileira», como afirma Torrieri Guimarães, um dos editores do jornal. Aos 85 anos, Menotti diz que se sente hoje tão jovem quanto aos 18 anos, porque a liberdade de espírito e a razão «são coisas invencíveis». «Ninguém prende o pensamento».

Símbolo, Cr\$ 3,00 o exemplar, traz ainda em seu número 4 um artigo de Lourenço Diáféria, **O homem da manchete**, onde o cronista faz uma paródia sobre a campanha publicitária do DNER que alertava os motoristas para os perigos do automóvel: «todo carro é uma arma (...) Vêja, você acaba de sujar de sangue o seu prontuário. Você, meu caro, não acreditava nestas coisas».

Uma publicação da **Símbolo S.A. Indústrias Gráficas**. Redação: Rua General Flores da Cunha, 518 — 522. CEP: 01129, São Paulo — SP.

CULTURA IMPRESSA

«Se considerarmos que entre as maiores limitações impostas à mulher pela sociedade está a opressão de sua sexualidade, não poderemos falar de liberação feminina sem falar de liberação sexual.» A colocação do problema foi feita pelo número 9 de **Cultura Impressa**, distribuído gratuitamente pela Livraria Cultura, de São Paulo, no artigo **As mulheres e a literatura erótica**, onde se revela que junto às reivindicações feministas as mulheres passaram também a escrever agora sobre este tema.

Cultura Impressa, formato tablóide, 12 páginas impressas em ofsete, diz que a mais recente sensação literária para os leitores americanos é o livro **Delta of Venos**, escrito há 35 anos e que só agora pôde ser editado e aceito sem restrições. O jornal entrevistou a escritora brasileira Edla van Stein, que participou do Concurso de Contos Eróticos da revista **Status**: ela afirma ter «muita pena dos homens pela performance que são obrigados a manter na relação sexual. Para mim a posição do homem no sexo é ainda mais difícil e angustiante do que a da mulher». **Cultura Impressa**, que tem Iran Tavares como editor, analisa ainda o suposto boom editorial de 1976 e questiona as origens de outro boom que vem delineando nos últimos meses: o dos concursos literários. Uma publicação da Livraria Cultura Editora Ltda., Avenida Paulista, 2073 (Conjunto Nacional), Caixa Postal, 22144, São Paulo — SP.

FATOS BJ

Única revista brasileira editada em português e japonês, **Fatos BJ** dedicou seu número sete à visita que o Presidente Geisel fez ao Japão, registrando filigrantes do banquete oferecido pelo Imperador Hirohito no Palácio Akasaka, além do passeio no trem-bala a Kyoto, cidade com mais de mil anos de existência que até hoje preserva suas melhores tradições culturais.

Fatos BJ, que circula entre a colônia japonesa, documentou a primeira entrevista coletiva que o Presidente Geisel

concedeu à imprensa brasileira desde que assumiu o poder. A foto foi tirada em Tóquio, «num clima festivo e alegre para todos» — segundo **Fatos BJ**. O pronunciamento do Presidente Geisel foi publicado apenas em japonês.

Fatos BJ, Avenida Bernardino de Campos, 327 (CEP 04004), Paraíso, São Paulo, SP.

SETEDIAS

A imagem distorcida e caricatural do movimento feminista é um dos temas centrais de **Setedias**, «o jornal da semana», que circula no Município de Niterói, RJ, através de circulação domiciliar. Júlio César Monteiro Martins, seu editor, afirma que «a grande imprensa promove uma campanha de desgaste das verdadeiras intenções do movimento feminista, procurando expô-lo ao ridículo».

Setedias, 20 páginas, formato tablóide, impresso em ofsete, traz ainda um depoimento da atriz Regina Duarte, onde ela lamenta a imagem distorcida que a máquina publicitária fez da sua verdadeira personalidade, além de mostrar que jamais esteve indiferente aos problemas brasileiros, ao manifestar o seu particular interesse pela redemocratização do País:

«Eu penso que não só eu, ou a classe teatral reivindicamos liberdades democráticas, mas todo o Brasil. Porque é o regime ideal para se viver. É o regime onde se tem o direito de expressar sentimentos e opinar sobre aquilo que, de bom ou

de mau, se deseja para o País. Quanto à sucessão, eu falaria sobre ela na medida em que tivesse a certeza de que poderia participar dessa decisão. Eu gostaria de poder me interessar pela sucessão de uma forma muito mais direta. Eu gostaria muito de poder votar. Mas nós só podemos ler a respeito. Fora isso, o que eu sinto é que o povo brasileiro está excluído de uma maior participação nesse problema».

Setedias é uma publicação da Editora Distribuidora e Publicidade Ltda, Rua da Conceição, 137, sala 1201, Niterói, RJ.

CINE-OLHO

Jornal bimensal do Centro de Artes Cinematográficas da PUC do Rio de Janeiro, **Cine-Olho** faz um balanço dos problemas discutidos durante a XII Jornada de Cineclubes, realizada em Campina Grande, ocasião em que o presidente do Conselho Nacional de Cineclubes, Marro Aurélio Marcondes, chamou a atenção para a importância de se conquistar o mercado atualmente controlado pelas multinacionais de cinema.

Cine-Olho, 16 páginas, formato revista, impresso em ofsete, publica ainda um documento sobre a política cultural do Governo, onde se constatam contradições aparentes ao combinar formulações abstratas de caráter liberalizante com práticas repressivas como a censura que sufoca a livre produção e manifestação artística.

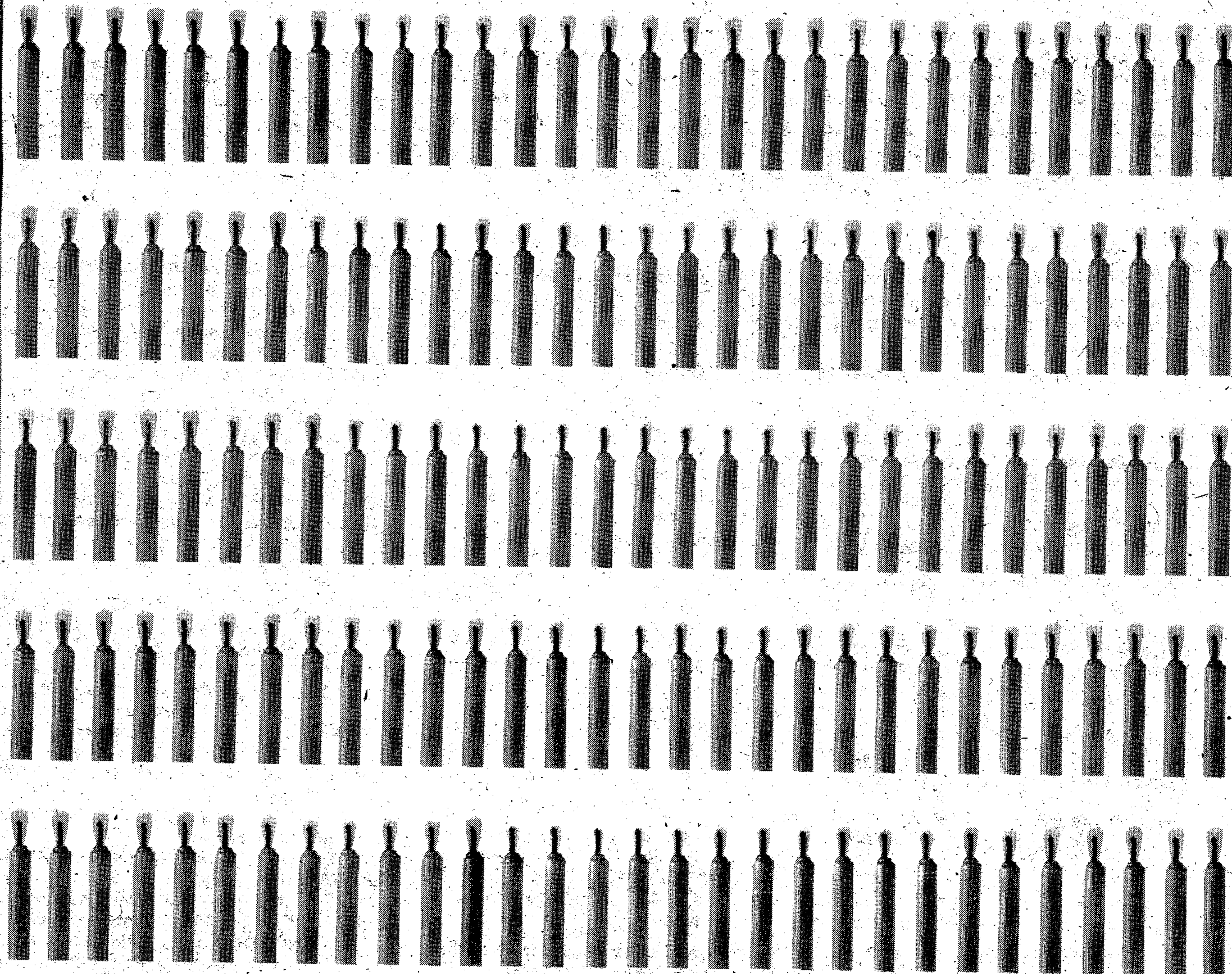
O último número de **Cine-Olho** traz entrevistas com Alberto Cavalcanti, que fala sobre seus 55 anos de cinema, e Cacá Diégues, para quem «não existe cinema democrático sem público». Uma publicação do Centro de Artes Cinematográficas da PUC do Rio de Janeiro: Rua Marquês de São Vicente, 209, subsolo do Castelo de Montigny, Caixa Postal, 38014, Rio de Janeiro, RJ.

VOZ DO TOCANTINS

Um «periódico informativo» é como se apresenta o jornal **Voz do Tocantins**, editado em Porto Nacional, Goiás, cidade que acolheu Juarez Távora e as tropas revolucionárias do movimento de 5 de julho de 1924 e onde o vigário-geral do Bispado, Frei José Audrin, hospedou os rebeldes no Convento dos Dominicanos, em outubro de 1925.

Voz do Tocantins, quatro páginas, formato tablóide, impresso em máquina plana, defende a divisão territorial de Goiás como solução para impedir os abusos que se sucedem na administração estadual: «Não há indústrias, não há comércio, não há cultura, não há, portanto, desenvolvimento. O que há é campo largo para os escamoteadores, longe das vistas do Governo, se locupletarem e tornarem-se ricos, da noite para o dia, arrasando o Estado».

Uma publicação da Gráfica Tocantins, Praça Nossa Senhora das Mercês, Porto Nacional, GO.



Para festejar 150 anos de vida é preciso muito fôlego.

São 150 anos de vida. Fazendo e registrando a História. São 150 anos de suor e de coerência. De renovação e de prestígio. Por isso o **Jornal do Commercio** vai agora para os mais importantes museus do

mundo. As edições especiais, comemorativas dos 150 anos, serão entregues ricamente encadernadas e em ato solene aos principais museus. Daqui e da Inglaterra, da Rússia e da França, dos Estados Unidos e da Bélgica,

da Espanha e da Alemanha, da Turquia e da Inglaterra, da Hungria e da Holanda, de Portugal e do Canadá, da Áustria e do Chile, do México e da Itália. É preciso muito fôlego para chegar ao futuro com toda a juventude.



SERVIÇO

Como fazer para ser sócio da ABI

Até 31 de dezembro próximo os jornalistas que desejarem se associar à ABI poderão ingressar na Casa sem pagamento de taxa de matrícula, por força de decisão do Conselho Administrativo, que suspendeu a cobrança da Jóia até aquela data. Se você ainda não é sócio da ABI, solicite uma proposta à Secretaria (Rua Araújo Porto Alegre, 71, 7.º andar) e devolva-a preenchida, juntamente com três fotos 3x4 e xerox da carteira profissional (página de rosto e seu verso, página do registro profissional, página do registro na empresa).

Para jornalistas que trabalham em assessorias de imprensa ou órgãos públicos basta uma declaração do órgão, atestando o exercício da função, remuneração e data de admissão, além da xerox do registro profissional na carteira de trabalho e os três retratos. Para jornalistas autônomos ou sem vínculo empregatício, o registro na empresa pode ser substituído por recibos de colaborações (xerox) ou reproduções de três artigos ou reportagens assinados recentemente. Os diretores-proprietários ou responsáveis por veículos de comunicação deverão anexar à proposta fotocópia do registro da publicação em cartório ou a ata da assembleia geral que constituiu a sociedade, devidamente autenticada, juntamente com o registro profissional, se o tiver, e as três fotos.

O Centro de Memória do Jornalismo, criado pela ABI no âmbito da Biblioteca Bastos Tigre, está aceitando doações de periódicos — em exemplares avulsos ou em coleções — a fim de enriquecer a sua já importante Seção de Hemeroteca e, com isso, proporcionar material de pesquisa aos interessados no estudo da história da nossa imprensa.

O centro registrou em setembro duas importantes doações: uma coleção do suple-

Esses documentos são exigidos pelo Estatuto da ABI para todos aqueles que, por exercerem função jornalística, desejem ingressar na Casa na categoria de sócio militante, o que lhes assegura direito de votar e ser votado para funções nos órgãos de administração da ABI (Conselho Administrativo, Diretoria, Co-Diretorias de Departamentos).

A ABI está aberta também a funcionários de diferentes setores de empresas jornalísticas e de publicidade, os quais poderão ingressar na categoria de sócios cooperadores, desde que comprovem essa condição. Professores de Jornalismo e Comunicação também poderão se associar na categoria de cooperadores, assim como os estudantes dos dois últimos períodos dessas faculdades. Neste caso, professores e estudantes deverão anexar declaração da faculdade.

Após a aprovação da proposta pelo Conselho Administrativo, os novos associados poderão consumir o processo de admissão mediante o pagamento da mensalidade de 50 cruzeiros, acrescida do primeiro mês da taxa de 15 cruzeiros para expedição da carteira social. Além da carteira social, a ABI fornece, a requerimento do interessado, uma identificação funcional para os jornalistas que exercem a profissão no País ou no exterior.

mento cultural de *La Opinión* — o mais importante jornal da Argentina —, oferecida pelo consócio Manuel Epelbaum (Manolo), e uma coleção dos 12 primeiros números de *Versus*, oferecida por seu editor, jornalista Marcos Faetman.

As doações podem ser encaminhadas à Diretoria da Biblioteca, Rua Araújo Porto Alegre, 71, 12o. andar, Rio, RJ, CEP 20 000, ZC-P

AQUI, SEU ADVOGADO

O Dr. Salvador Caruso, responsável pelo Setor Jurídico do Departamento de Assistência Social, atende diariamente aos associados da ABI, das 14 às 15 horas, no DAS, 7º andar do Edifício Herbert Moses. Também poderão ser utilizados pelos sócios os serviços dos seguintes advogados:

A. Modesto da Silveira (Cr) — Rua Debrét, 33 — salas 1316 e 1317.

Fábio Medeiros (T) — Rua México, 98 — sala 900.

Alcyone Vieira P. Barreto (Cr) — Av. Almirante Barroso, 90 — salas 1214/1216.

Athaide de Moraes (Cr. C.T.) — Av. Rio Branco, 156 — sala 119.

Clóvis Mello (C. Cr. T.F.) — Av. Erasmo Braga, 277 — Sala 433.

Francisco Victor Antônio Fidalgo (C. T. F.) — Rua Souza Franco, 683.

Humberto Jansen (T) — Av. Frei Antônio Carlos, 615 — sala 806.

José de Almeida (T) — Rua Francisco Serrador, 90 — sala 1906.

J. T. Padilha Sodré (T.C.) — Av. Rio Branco, 156 — sala 2506.

Joaquim de Queiroz Lima (CR) — Av. Nilo Peçanha, 155 — sala 300.

Raimundo Orlando Guillon (C.T.) — Rua México, 74 — sala 507.

Zéla Pinho Rezende (C) — Rua Conde de Baependi, 96 — ap. 101.

Kleber de O. Pessoa Cavalcanti — Travessa do Ouvidor, 32 — 3º andar.

EXTRATO DO BALANCETE DE 31/07/77

Despesas da Administração	257.442,61	1.588.369,18
Despesas com Atividades Sociais	34.059,53	157.002,62
Despesas de Assistência Social	9.025,80	94.152,75
Despesas de Manutenção	64.056,71	311.662,51
Total das Despesas	364.584,65	2.151.187,04
R E S U L T A D O	51.416,04	547.283,67
	416.000,69	2.698.470,71
Recetta Social	74.781,00	636.846,52
Recetta Patrimonial	303.552,84	1.788.361,64
Recettas Eventuais	37.666,85	273.262,55
Total das Recettas	416.000,69	2.698.470,71

(a) Armando Ferreira Peixoto
Treasureiro

(a) Hugo Paulo M. de Carvalho
T.C. — C.R.C. — 068.422-0-RJ

Escolha aqui o seu médico

O Departamento de Assistência Social da ABI mantém em sua sede serviços médicos para os associados e suas famílias e para os jornalistas em geral. Se precisar de consulta, escolha aqui seu médico e peça sua guia no 7.º andar da ABI.

CLINICAS	MÉDICOS	HORÁRIO	DIAS
Cardiologia	Fábio Soares Maciel	16h30m/18h	2.ª, 3.ª, 4.ª, 6.ª
	Murilo Belchior	16/18h	Diariamente
Cirurgia Geral	Accioly Moreira Mala	13/16h	3.ª
	Alcêdo de M. Coutinho	15/17h	5.ª
	Stênio Nogueira Mala	15/17h	3.ª, 5.ª
Cirurgia Plástica	Fausto de O. Campos	13/16h	5.ª
Clínica Médica	Leopoldino Cunha	15h30m/16h	4.ª
	Nelson Siqueira	14/16h	2.ª, 4.ª, 6.ª
Clín. Méd./Diabetes	Oswaldo Bloise	16/18h	2.ª, 6.ª
Dermatologia	Joaquim J. T. Mesquita	10/12h	4.ª, 5.ª, 6.ª
Endocr./Nutrição	Eduardo de M. e Silva	15/18h	3.ª, 5.ª
Gastroenterologia	Oberdam Perrone	15/17h	2.ª, 4.ª, 6.ª
Ginecologia	Juarez Meirelles	17/19h	2.ª, 4.ª, 6.ª
Homeopatia	Poncianita Volmer	14/17h	3.ª, 5.ª
Neurologia	João Ramos Murtinho	12/15h	3.ª, 5.ª
Odontologia	Wilson Martins	8h30m/11h30m	3.ª, 5.ª, 6.ª
	Antônio Jorge Dabdab	15/18h	Diariamente
Oftalmologia	Azevedo Barros	7/18h	Diariamente
Pediatria	Nobuco Sudo	10/12h	2.ª, 6.ª
Proctologia	Joaquim J. Ferreira	13/15h	6.ª
	Nabil Massad	13/16h	4.ª
		15/18h	6.ª
Radiologia	Sampaio Leitão	13/18h	Diariamente
Urologia	Henrique Guachalla	16/19h	3.ª, 4.ª, 6.ª

Observação — Os Drs. Eduardo de Mendonça e Silva e Juarez Meirelles só atendem com hora marcada. O eletrocardiograma custa Cr\$ 150,00.

Estão ainda à disposição dos associados os seguintes serviços médicos, com os quais a ABI mantém convênios:

ALERGIA — Newton Gheventer, Carlos Eduardo Serpa, José Roberto Zimmerman.

ANGIOLOGIA — Geraldo Nivanda Nogueira, Amélio Pinto Ribeiro, Antônio Vieira de Melo.

ANATOMIA PATOLÓGICA — Dulce Morgado Castellar Pinto, Heloisa de Alencar Fialho, Nabik Arnour.

CARDIOLOGIA — Eugênio da Silva Carmo, Messias Dias de Araújo Jr., J. A. de Queiroz Mello, Paulo César Studart.

CLÍNICA GERAL — Alcêdo Coutinho, Peregrino Jr., Hermínio Macedo, Roberto Simões Monteiro e Dirceu Ciccone.

CIRURGIA — Paulo Ramos, Galdino Augusto Lima da Silva, Hélio Lopes de Oliveira Lyrio, José Luiz Monteiro Nogueira.

CLÍNICA GERAL HOMEOPÁTICA — Urquiza Farias dos Santos e Marcos Antônio Freixo e Souza.

DENTÁRIA — Fortunato Campos Jr., Hedefonso Soares de Mendonça, Clénio Gonçalves Lisboa, Maurício Sztrenfranc e Samuel Isaac Stern, José do Couto Moreira.

DIABETES — Elde Nordi Madeira.

DERMATOLOGIA — Gabriela Lowy, Walter da Cunha, Jacob Rotband.

ELETOENCEFALOGRAFIA — Maria Tereza Velloso Spínola, Samuel Mac Dowell e Sandra Bellizzi Ferreira.

FISIOTERAPIA — Sílvia Fonseca, Durval Valente, Clínica Santo Agostinho, Clínicas Integradas.

GASTROENTEROLOGIA — Carlos A. Leite.

GINECOLOGIA — Nicolau Ossalile, Roberto Senna Dias Schustoff, Álvaro de Fonseca Marques Dias, Aloysio Graça Aranha, Álvaro Octávio de Alencastro Ceva, Samuel Leib Poretz, Ana Maria Caidonoceli Vidal, Roberto Simões Monteiro.

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS — Maria de Lourdes Castro, Majella Bijos, Lauro Studart, A. Barbosa Magalhães, Alexandre Studart, W. G. Lamprecht, Joseph de Almeida Reis, Clemente Salles, Centro de Medicina Preventiva, Dario Carretti, Manoel Bronstein, Sebastião de Souza Monjardim, Dalc. Laboratório, Dr. Athos de Mello Henriques, Antônio Jaguaribe Neto, Heloisa de Alencar Fialho, Emanuel Ribeiro Lima, Raphael Achilles Cali.

NEUROLOGIA — Jorge El-Kadum Noujaim, Clóvis Orlando Fonseca, Clínica Neuro-Vegetativa Dr. Charam.

OFTALMOLOGIA — Luiz Augusto Mortzot Leite Filho, Dirceu David, Milton Fortunato.

OTORRINOLARINGOLOGIA — Humberto J. Lauria, Aloysio P. Cavalcanti, Milton de Almeida.

ORTOPEDIA — Lubomir Nestorov, Anísio Ferreira Jordy, Durval Valente.

PEDIATRIA — Ary Lemos Furtado, Martinho da Rocha, Luiz Motta.

PROCTOLOGIA — Roberval Bezerra de Menezes.

PSIQUIATRIA — Paulo Monteiro, Isaac Charam, Centro de Psicologia Aplicada (Cepa), Centro de Orientação Psicológica (Corpsi), Antunes de Oliveira, Clínica Psicológica Padre Ponciano, Lourenço Andrade de Almeida, Yádo de Vasconcelos Cavalcante, João Alberto Barreto, Leonel Ferreira da Silva, Rubem Alvares Pereira, Antônio Rodrigues, Maria José Lopes Japiassu, Mary Jane de Oliveira Teixeira (assistente social).

RADIOTERAPIA — Humberto Bellizzi, Osolando Machado.

REABILITAÇÃO — Clínica Especializada em Medicina Física e de Reabilitação (CEMFRE).

HOSPITAIS E CASAS DE SAÚDE — Clínica São Vicente, Instituto Brasileiro de Otologia, Casa de Saúde Santa Therezinha, Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, Clínicas Integradas, Clínica Geriátrica, Dr. Filizola, Clínica Santo Agostinho, Clínica de Repouso Itanhangá, Clínica São Carlos, Clínica de Repouso Corcovado, Policlínica Geral do Rio de Janeiro, Clínicas Reunidas, Pediátricas (CLIPER), Clínica Otorrinos Associados, Instituto Brasileiro de Otorrinolaringologia (IBRO), Casa de Saúde Laranjeiras, Clínica Master, Preventor, Casa de Saúde São João de Deus.

3 MILHÕES DE PALAVRAS PROIBIDAS

Prudente em convalescença

A CENSURA agora não está respeitando nem mesmo as regras que ela própria estabeleceu. Depois de liberar os originais da edição número 116 de Movimento, o Departamento de Polícia Federal apreendeu a edição do jornal, cerceando o direito dos jornalistas do semanário de levar suas informações e opiniões ao público, tolhendo o direito do povo de ser informado e causando vultoso prejuízo material à empresa que edita a publicação.

A edição 116 de Movimento já estava «depurada» das matérias consideradas «inconvenientes» pela Censura, que vetou totalmente 37 matérias, com um total de 210 laudas — suficientes para fazer um livro de brochura média — e 26 ilustrações. Entre os textos vetados figuravam matérias já divulgadas por outros órgãos de divulgação, como a notícia do início das aulas no segundo semestre na Universidade de Brasília, extraída da Folha de S. Paulo, e 15 laudas de matérias transcritas ou extraídas do Boletim ABI: a pressão sobre o Cojornal, de Porto Alegre, a apreensão do periódico Posição, de Vitória, o ofício do Presidente da ABI, Prudente de Moraes, neto, ao Ministro da Justiça acerca das pressões sobre o Cojornal e o pedido da reabertura do caso Vladimir Herzog, pela viúva Clarice Herzog. Também foi vetada a íntegra do documento final do IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, realizado no final de julho em Fortaleza, com conclusões sobre o tema Política Urbana no Brasil.

A rigidez com que a Censura veta originais de Movimento torna verdadeiramente milagroso o aparecimento de cada edição do semanário, tanto pelo número de laudas vetadas — que dariam para fazer outra edição — como pelo surrealismo das proibições. Entre as ilustrações cortadas no número 108 estavam fotografias dos Generais Sílvio Frota e João Batista de Figueiredo, que são os candidatos oficiais mais fortes à Presi-

A apreensão do número 116 de Movimento, uma nova violência de um meticuloso processo de supressão da liberdade de informação e opinião: em dois anos, três edições apreendidas, 2.250 matérias vetadas, 2.700 ilustrações proibidas e 3 milhões de palavras que não puderam chegar à opinião pública.

dência, da República e supostamente deveriam encontrar livre trânsito em todos os meios de comunicação, até mesmo para a fixação de seus nomes. Também foram vetados retratos do pensador italiano Antônio Gramsci, morto há quase 50 anos, e do ex-Primeiro-Ministro Hermes Lima, uma das maiores expressões da cultura jurídica do País e cidadão no pleno gozo de seus direitos políticos.

A edição número 108 e a anterior foram particularmente golpeadas pela Censura, que impediu que Movimento divulgasse a ampla cobertura que fez da reunião anual da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência, realizada em julho em São Paulo. Na edição 108 foram vetadas integralmente 205 laudas, enquanto na edição 107 foram proibidas 210 laudas: reunidos, esses materiais dariam para fazer um livro de respeitável brochura (ao todo, nessa edição, foram vetados 28 artigos, entrevistas e reportagens sobre a reunião da SBPC, além de textos de moções aprovadas no encontro dos cientistas brasileiros). Entre os textos cortados havia um em que o censor vislumbrou talvez especial perigo para as instituições: o do simpósio Matemática Computacional e Desenvolvimento Tec-

nológico do País: em Defesa do Software Nacional.

Como um dos propósitos da Censura é desfigurar Movimento, tentando transformá-lo num veículo visualmente pouco atraente, só no número 107 foram vetadas 71 ilustrações, algumas delas divulgadas em outros jornais, como cinco reproduções de trabalhos do desenhista Herofil: duas de Zeferino, publicadas no Jornal do Brasil, e três de seu personagem Orelhão, publicadas em O Dia/A Notícia e que, pela alta circulação dos dois jornais, já tinham sido vistas por 1 milhão de pessoas. Nessa mesma edição foi vetada também uma das mais caras expressões da cultura brasileira: um dos profetas do Aleijadinho, que podem ser vistos a céu aberto em Congonhas do Campo, Minas Gerais.

Um comunicado distribuído pela redação de Movimento após a apreensão do número 116 revela que nos dois anos de existência do jornal foram apreendidas três edições, proibidas 2.250 matérias, num total de 15.000 laudas — suficientes para produzir uma enciclopédia de porte médio —, vetadas 2.700 ilustrações e 3 milhões de palavras. Segundo ainda a direção do jornal, a Censura está agora adotando «um processo maluco» de exame de seus originais, pois veta matérias produzidas em São Paulo, libera textos elaborados sobre o mesmo assunto pela Sucursal de Brasília — onde a censura é efetuada — e com isso deixa a redação central, em São Paulo, sem nenhuma idéia do material que entrará na edição e do número de páginas que deve programar para receber os textos após o pronunciamento dos censores.

Além de denunciar à ABI a violência de que é vítima e de realizar um ato público para comunicar a seus acionistas e colaboradores os danos causados pela Censura, Movimento ingressou na Justiça com um mandado de segurança em defesa de seus direitos constitucionais de informar, opinar e criticar.

O jornalista Prudente de Moraes, neto, Presidente da ABI, foi submetido a 6 de setembro a uma operação cirúrgica pelo Dr. Paulo Niemeyer e sua equipe e se encontra em convalescença sob a assistência do Dr. Fernando Pompeu e sua equipe. Em consequência da intervenção, cujos resultados superaram as expectativas de seus médicos, Prudente afastou-se do cargo por 60 dias, conforme expediente que encaminhou ao Conselho Administrativo. Em seu impedimento, assumiu interinamente o Primeiro Vice-Presidente, Fernando Segismundo.

Em vista da impossibilidade de visitas nos primeiros dias após a operação, a ABI abriu uma lista de visitação na Secretaria da Casa, no 7.º andar do Edifício Herbert Moses, onde dezenas de associados e amigos de Prudente vieram testemunhar seu interesse por ele. A lista demonstra a diversidade do círculo de admiradores e amigos de Prudente, pois, além de inúmeros jornalistas, reúne assinaturas tanto de um sambista, o compositor Ismael Silva, amigo de Prudente desde os anos 20, quando o autor de «Se Você Jurar» dava a sua contribuição para a fixação do samba como gênero urbano da nossa música popular, como de um eminente chefe militar, o General Alberto Ribeiro Paz, que recentemente passou à reserva, e o dono da Chapelaria Alberto, que tem em Prudente um dos mais antigos e regulares frequentes.

A lista de visitação — que continua aberta a assinaturas, na Secretaria — registra as visitas de Miguel Costa Filho, Salvador Caruso, Barbosa Gonçalves, José Gomes Talarico, Gumercindo Cabral de Vasconcelos, Lourival L. Coelho, Maurício Azedo, Barra Sobrinho, advogado Modesto da Silveira, Flávio Paragona, Zélio Valverde, Paulo de Barros Vieira, Odette Costa, Jean-Gerard Fleury, pelo Clube dos Correspondentes Estrangeiros, Mário Barbosa, Benjamin de Moraes, Eliseu Freitas, Renato de Paula, Maria Helena Modesto Vieira, José Calheiros Bonfim, Oswaldo Ferreira Pacheco, Ary Nepomuceno, Presidente do Sindicato dos Jornalistas Liberais do Rio de Janeiro, Iraly de Mello Pereira, Leda Maria Pontes.

E mais: Vandick Londres da Nóbrega, José primo de Oliveira Júnior, A. Loureiro, João B. Barroso de Menezes, Luiz Gallotti e Senhora, Raul Floriano, Dr. Alfredo de Moraes Coutinho Filho, Neide Nunes de Almeida, José Fernandes Carneiro, Gentil Noronha, André Motta Lima, Gilberto Falleiro Rocha, Husien Alves de Souza, Walda L. Souza, Ulysses Ribeiro de Castro Filho, Alexandre Passos, Hélio Rocha, José Cecílio Marques, Waldemiro Praça, Francisco Lima, Francisco César Passos Ribas, Arthur Cantalice, Esperidião Esper Paulo, Zuenir Ventura, Maurício Menezes.

E. Bento Euzébio Pereira, Pedro Coutinho Filho, Ernesto Jorge Dutra da Fonseca, Osvaldo Paixão, Ronaldo Buarque de Holanda, Alberto Tolipan, Antônio Pereira de Castro Pinto Júnior, Olavo de Barros, pela Sociedade Brasileira dos Autores Teatrais (SBAT), Accácio Soares de Almeida, Senador Paulo Brossard (por telegrama), Governador Aureliano Chaves (idem), José Roberto Medeiros Bovet, Marcos Vinícios, Dantas Fernandes, Guido Affonso de Norie, Anselmo Rezende Góis, Murilo Pereira Reis, Reis Perdigão, Xavier D'Araújo, Emmanuel Stumpf, por Samuel Stumpf, Diretor da Divisão de Telecomunicações da Agência Nacional, Reginaldo Pires de Souza Aguiar, Fernanda Duclós Carisio, E. Antônio Peixoto Filho, Murilo Acioli de Vasconcelos, Antônio Negrão de Sá, Héstia Ribeiro Barroso, Romualdo Viegas Clemente, Bruno de Almeida Magalhães, Paulo Valadares, Bercelino Maia, Antônio Cardoso Pinto Júnior, Alceu Amoroso Lima, Walfredo Machado, Abgar Renault, Agenor Bandeira de Mello, Oscar Dias Corrêa, Juarez Verany, George de Barros Cabral, Ilva Pereira, Edelvira de Paiva Nasser, Diretora da «Hora Azul» e da Exposição Itinerante de Arte Internacional, de Paraguaçu, MG.

E ainda Jeannette Adib, Marmar Salomão Mussa, Luiz Lyra, Alves Pinheiro, pela Ordem dos Velhos Jornalistas, Eduardo Fadel, Nelson Carneiro, Ministro Rubem Rosa, Vanderlino Nunes, Miranda Sá, Marcial Dias Pequeno, George Várzea, Ricardo Pessoa de Araújo, Ana Arruda.

MOVIMENTO

Com a edição semanal brasileira de Le Monde

A primeira grande vitória da Constituinte dentro do MDB

CONSTITUINTE COM LIBERDADE E ANISTIA

A edição proibida, mesmo depois de respeitado o veto total da Censura a 37 matérias, num total de 210 laudas, e 26 ilustrações.

A AÇÃO DA CENSURA EM MOVIMENTO

Amostragem de nove edições, de 11 de julho a 19 de setembro

MATERIAL TOTALMENTE VETADO

Número da edição	Total de matérias	Total de laudas	Número de ilustrações
106	31	169	40
107	— (1)	240	71
108	— (1)	205	57
110	12	84	18
111	20	88	18
113	21	125	— (2)
114	12	67	18
115	15	77	— (2)
116	37	210	26
Total	148	1.265	243
Média por edição	16,4	140,5	27

Quadro do Boletim ABI.

Fonte: Relatórios da Edição S.A.

(1) Não foi possível precisar o total de matérias vetadas, tal o número de retrancas e sub-retrancas proibidas.

(2) Omitido esse dado no relatório.

Uma definição do Comandante do I Exército

A espada é ordem na lei e força na arbitrariedade

Cada uma das profissões — militar e jornalista — pode ser classificada como a mais nobre das missões ou o mais abjeto dos ofícios, disse o Comandante do I Exército, General José Pinto Rabelo, no discurso que pronunciou durante o almoço com o qual a Ordem dos Velhos Jornalistas homenageou o Exército pela passagem do Dia do Soldado. O almoço foi realizado no restaurante do Clube Naval, a 30 de agosto, e em nome da Ordem dos Velhos Jornalistas falou o acadêmico Austregésilo de Athayde.

Ao justificar o conceito que formulou, disse o General Rabelo: «A pena

ataca e defende; exalta e ultraja; afama e difama; constrói e derrui; ergue e humilha; santifica e martiriza; é luz no obscurantismo; é treva na perseguição; convence e vence. A espada vence e convence; defende e ataca; é ordem na lei; é força na arbitrariedade; é esperança para oprimidos e vergonha para opressores; é santuário para herói e tumba para indiferentes; é glória ou opórbio; é cruz e é redenção».

Austregésilo de Athayde disse que «os jornalistas são aquele quarto poder da vida das democracias»: «O poder que

colhe a opinião pública e a retransmite depois de passá-la por sua consciência formada a serviço da coletividade. Esse é o papel do jornalista, principalmente nos países democráticos mais bem organizados, onde se pode colher a notícia, a informação, recebê-la e transmiti-la honestamente».

O velho jornalista, presidente da Academia Brasileira de Letras e membro do Conselho da ABI, terminou seu discurso assim: «Calém-se os jornais, calém-se as rádios e as televisões, e a humanidade ficará muda».

Conceitos, do ministro ao delegado

● O Ministro da Previdência Social, Nascimento e Silva: «Os jornais estão desempenhando papel fundamental no debate político existente no País.»

● O Cardeal D. Avelar Brandão Vilela, Arcebispo de Salvador: «Estou preocupado com a cobertura jornalística que determinados órgãos da imprensa vêm dando ao IV Congresso Sacerdotal Brasileiro, procurando bispos de determinadas regiões para abordar apenas problemas de grilagem, tentando jogar a Igreja contra o Governo e dando ao Congresso um cunho de contestação, quando na verdade não é isso que está acontecendo aqui.»

● O Senador Marcos Freire (MDB-PE): «Por um longo período a imprensa encontra-se sufocada. Hoje a oposição se manifesta por vários veículos, que vêm mantendo uma luta aberta pela modificação do atual estado de ilegitimidade. Como tal, já não é o MDB apenas que incomoda e, conseqüentemente, já não é

apenas o MDB que se encontra na mira do sistema.»

● O Senador Dinarte Mariz (Arena-RN): «A imprensa é a culpada por toda essa movimentação política que está existindo.»

● Luis Fernando Nicz, Secretário Regional de Assistência Médica do INPS no Paraná: «A imprensa é sensacionalista» (motivo da declaração: o noticiário dos jornais sobre o caso de Lucy Vallejo, de 29 anos, que ficou paraplégica e perdeu 65% da sua memória por causa de um choque anestésico ocorrido durante uma operação).

● O diplomata Max Filler, embaixador da Suíça: «A imprensa brasileira é bem mais ousada do que a do meu País. (Na Suíça, disse ele, o Parlamento só funciona 60 dias por ano).

● O Delegado Antônio Assis de Lucena, Corregedor de Polícia de Minas Gerais: «A imprensa mineira é responsável pela intranquilidade social vigente em Belo Horizonte.»

● O Delegado de Polícia Eldes Schemini Mesquita, redator do Correio do Povo, de Porto Alegre, ao pedir demissão do Sindicato dos Jornalistas, por discordar da atuação da entidade, que denunciou violência praticadas contra dois profissionais de imprensa: «Jamais houve qualquer manifestação semelhante de apoio ou apreço pelos que na atividade jornalística vêm travando sua luta diuturna contra as tiranias comunistas.»

● O jornalista e escritor Alencar Arraípe, ao tomar posse na presidência da Associação Cearense de Imprensa, diante do Governador Adauto Bezerra e do Comandante da 10.ª Região Militar, General Milton Tavares de Sousa: «Não afirmaria que existe liberdade de imprensa, como não negaria que ela sofre vexames, vez por outra aqui e ali. Pesa-lhe a ameaça do arbítrio, falta-lhe a garantia do Estado de Direito, pois a revolução de 1964 não concretizou com finalidade ditatorial e nem é este espírito que anima as Forças Armadas».

A rotina de violência

● Francisco Viana, repórter de O Globo, foi espancado por um grupo de soldados do Batalhão de Choque da PM, quando cobria o incêndio no alojamento dos operários do lote 23 da obra do Metrô, na Tijuca (Rio). Depois do espancamento, Viana foi levado preso num camburão e autuado em flagrante pelo Delegado Edson Aliverce, da 19ª DP. Foi enquadrado (o repórter, não os espancadores) em quatro artigos do Código Penal: 129 (lesões corporais), 329 (desobediência), 330 (resistência) e 331 (desacato à autoridade). Para que Viana fosse libertado, O Globo, que publicou fotos do espancamento, pagou fiança de Cr\$ 3 mil.

● Elbson Rodrigues de Moraes, radialista, foi recolhido à cadeia de Culabá, dia 2 de setembro, por ter criticado autoridades policiais de Mato Grosso, principalmente o Delegado do DEOPS, Ramalho dos Santos, em programa transmitido pela rádio A Voz do Oeste. Ele foi indiciado pela Divisão de Polícia Federal como incurso em três artigos da Lei de Segurança Nacional, mas o Juiz da Auditoria da 9ª Região Militar, Valdir Silveira de Melo, decidiu que o radialista não poderia ser enquadrado na LSN. O processo foi encaminhado à Justiça civil.

● Durvalino Ferreira, fotógrafo do Jornal de Alagoas, foi preso porque fotografou um preso que estava sendo espancado. Trinta minutos depois da prisão, Durvalino foi solto, por ordem do Secretário de Segurança, que demonstrou irritação pela ilegalidade do ato.

● Wilmar Alves e Djalba Lima, respectivamente, diretor de redação e editor-executivo do jornal Cinco de Março, de Goiânia, foram presos pelo delegado da 2.ª DP desta cidade, bacharel Leão José de Oliveira. Motivo: Wilmar presenciara um acidente automobilístico e a providenciaria um fotógrafo para "fazer o local". Houve um atrito com o perito policial e o jornalista foi detido. Djalba acompanhou o colega à delegacia. Lá os dois foram colocados numa cela infecta até a manhã seguinte. Antecedentes: o jornal Cinco de Março costuma criticar o delegado.

● Os jornais de Culabá, capital de Mato Grosso, foram proibidos pela Divisão de Polícia Federal de publicarem informações ou trechos da nota do MDB que comunicava a aprovação da campanha pela Constituinte na convenção do partido da oposição. Após a divulgação do fato pelos jornais do Sul, o Diretor da DPF, Adair de Anglo Terezan, comunicou que houve um equívoco: "a proibição abrangia apenas as emissoras de rádio e televisão". A omissão dos jornais locais foi voluntária.

● O Correio da Imprensa, jornal de segunda maior tiragem de Culabá, denunciou que seus diretores vêm recebendo ameaças de «eliminação física» depois que começou a publicar uma série de edições sob o título O Assalto ao Banco do Estado de Mato Grosso, onde foi revelada uma transação irregular entre o Banco e a uma empresa que falu após receber o financiamento. Em editorial, o Correio da Imprensa advertiu que o Governador Garcia Neto fica «de agora em diante responsabilizado de público pela integridade física dos funcionários do jornal», acrescentando, numa clara alusão de tentativa de suborno, que «não estamos aceitando propostas de dinheiro para silenciarmos em relação aos abusos e desmandos do hilariante governador».

Sexo, nem com manto diáfano

«Incumbências transparentes, permitindo visualizar partes íntimas do corpo» não podem aparecer em fotos publicadas pela imprensa. A proibição faz parte de uma série de restrições da Censura, que veta ainda fotografias em que sejam vistas «nádegas completamente nuas», seios totalmente à mostra e «modelos em poses lascivas», de acordo com o ofício que o Departamento de Polícia Federal enviou, em janeiro deste ano, às revistas especializadas para homens, alertando-as para as sanções previstas no Decreto-Lei n.º 1077, de 1970.

A Censura justifica o veto das ilustrações que estiverem em conflito com essas determinações em virtude das inúmeras reclamações que diz ter recebido contra publicações que apresentam mulheres nuas, em posições luxuriosas, acintosamente expostas nos logradouros públicos, especialmente nas bancas de jornais». As restrições, assegura o diretor da Divisão de Censura e Divulgações Públicas do DPF, Rogério Nunes, visam a preservar os valores éticos da sociedade e impedir que seja despertado «nas crianças e adolescentes que as têm uma curiosidade prematura e máis».

A CAMARA TAMBEM

A mesma preocupação parece ter animado o espírito dos integrantes de uma comissão especial da Câmara Federal encarregada de examinar a estabilidade da família brasileira, a qual, em seu relatório, acusa várias publicações como responsáveis pela desa-

gregação de muitos lares. As revistas Homem, Status, Lui e Ele e Ela foram apontadas pela comissão como exploradoras do sexo e responsáveis pela «profunda penetração, em nossa juventude, do vírus do amoralismo, que, através de lições ilustradas de sexo sem amor e sem pudor, apenas amplia a galeria dos sexomaníacos e dos libertinos».

O relatório atribui ainda a essas publicações o poder «de erosão da resistência moral que ainda se encontra na família organizada» e sugere, em contrapartida, a criação de outra comissão que mantenha permanente vigília em defesa dos «verdadeiros valores da família brasileira».

Camargo crê na "entrevista impossível"

«Se houver essa entrevista impossível ela será dada a vocês, aqui do Planalto. Espero que sim. Há perspectivas, pois de hora em hora Deus melhora». A esperança é do Coronel Toledo Camargo, Assessor de Imprensa da Presidência da República, e foi exposta numa das suas conversas diárias com os repórteres credenciados no Palácio do Planalto.

Camargo negou então que tivesse proibido o credenciamento de jornalistas do interior para as coberturas das viagens do Presidente Geisel. Ao protestar contra a alegada proibição, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, em nota oficial, havia afirmado que os repórteres paranaenses tentaram sempre «a quase impossível entrevista».

POSSIVEL

Durante audiência, de 45 minutos, concedida à direto-

ria da Associação dos Jornalistas de Economia e Finanças (AJEF), o Presidente Geisel afirmou que «há possibilidades de um contato direto mais freqüente com a imprensa». Participaram do encontro com o Presidente os jornalistas Carlos Alberto Oliveira, de Veja; Johnson Santos, de O Globo; Italo Ramos, de O Estado de S. Paulo; Aloísio Maranhão, do Diário Comércio e Indústria; Graça Monteiro, do Jornal do Brasil; e Sérgio Danilo, da Gazeta Mercantil.

Uma doença atrasa lei da censura

Alberto Rezende Rocha, funcionário público federal ex-chefe de gabinete do Ministro da Justiça, ficou doente, teve de ser submetido a uma operação, entrou de licença. Por causa disso, foi travado o andamento do anteprojeto de consolidação das leis sobre censura. Dessa consolidação dependerá o funcionamento do Conselho Superior de Censura, criado pela Lei 5.536, de 30 de novembro de 1968, e cuja instalação foi pleiteada ao Ministro Armando Falcão pelo Senador Henrique La Rocque (Arena) — MA.

Depois da criação do Conselho Superior de Censura, órgão que iria «elaborar normas de critérios que orientem o exercício da censura», foi dado o prazo de 90 dias para a consolidação das leis sobre censura. Ao Conselho Superior caberia rever, em grau de recurso, as decisões da censura proferida pelo Departamento de Polícia Federal.

Censura, codinome Pedagogia

A TV Educativa do Rio está fazendo sua promoção institucional, através do vídeo, à base de uma mensagem de belíssimo efeito. Primeiro a câmara mostra uma menina com um pombo na mão. Em seguida, a garota liberta a ave, que descreve um voo vertiginoso rumo ao horizonte, enquanto um locutor de voz bem modulada anuncia: «TV Educativa, Canal 11-VRIE!».

A verdade é que a TV Educativa, controlada pelo Ministério da Educação, é a mais autocensurada do Rio de Janeiro, embora até internamente esse fato seja dissimulado. Ao contrário da TV Globo, que contratou um censor para orientá-la sobre o que é conveniente ou não apresentar e não esconde isso, a TV Educativa mantém um setor de censura encoberto por um nome altamente respeitável: é o Departamento Pedagógico, encarregado de policiar textos, imagens e tudo o que vai ao ar.

Foi esse «Departamento Pedagógico» que mandou multar a banda sonora de uma entrevista do cineasta Zelito Viana, a fim de apagar da fita referências ao nome do economista Celso Furtado. A mesma pedagogia influiu para a demissão do jornalista Carlos Eduardo Novaes, depois que este fez um comentário durante uma entrevista. Quando o entrevistado, um homem comum, respondeu que morava na Avenida dos Democráticos, Novaes cometeu a frase que assustou os pedagogos: Grande avenida... grande avenida...